



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 1.573, DE 2010, QUE
DISPÕE SOBRE O PASSE LIVRE ESTUDANTIL,
de 20 de MAIO DE 2010**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Batista das Cooperativas a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 96 - Suplemento, de 27/05/2010, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 42ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência informa a todos os Parlamentares que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.060, de 2010, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu, Chico Leite, Eliana Pedrosa, Milton Barbosa, Raimundo Ribeiro, Rôney Nemer, Erika Kokay, Cabo Patrício, Paulo Roriz, Wilson Lima e Batista das Cooperativas, esta sessão será transformada em comissão geral.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse, antes de entrarmos na comissão geral, observado o período destinado aos Comunicados de Líderes, pois eu gostaria de fazer uso da palavra. Se V.Exa. suspender a sessão, não há nenhum óbice a que eu use da palavra após a suspensão, mas eu gostaria que fosse respeitado o período destinado aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há vários Parlamentares chegando a esta Casa – há em torno de oito Parlamentares na copa privativa; dessa forma, eu gostaria de solicitar a compreensão do Deputado Reguffe no sentido de, sem prejuízo do seu momento de fala, que V.Exa. desse o encaminhamento de transformar a sessão ordinária em comissão geral, uma vez que estão adentrando no nosso plenário e no nosso auditório vários estudantes. Logo em seguida, quando retornarmos aos trabalhos, solicitarei a V.Exa. que a sessão seja suspensa por dez minutos para que possamos conversar com todos os Parlamentares, e, imediatamente, que a palavra seja concedida ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero falar sobre o Passe Livre; inclusive, sou autor de uma emenda que faz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

com que quem pague o Passe Livre sejam as empresas de ônibus, as empresas concessionárias de transporte coletivo. Agora, eu queria falar também de outro assunto antes de falar do Passe Livre; por isso eu gostaria de utilizar o período destinado aos Comunicados de Líderes. Não há nenhum óbice da minha parte a que isso seja feito após a suspensão da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Reguffe, eu gostaria, então, de propor a V.Exa. que, tão logo possamos fazer o encaminhamento que estamos pretendendo fazer aqui na Mesa, sendo suspensa a sessão e a mesma sendo retomada, a primeira palavra lhe será concedida para que V.Exa. possa falar do Passe Livre e também do outro assunto sobre o qual V.Exa. acha por bem se manifestar.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, é porque são dois temas distintos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Reguffe, mas me parece que não haveria prejuízo. E, melhor ainda, V.Exa. teria, inclusive, outros Parlamentares que poderiam ouvi-lo, com a acuidade que sei que certamente V.Exa. deseja.

Esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.060, de autoria dos Deputados já aqui nominados, a sessão ordinária desta quinta-feira, dia 20/05/2010, será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.573, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o passe livre estudantil nas modalidades de transporte público coletivo”.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicito aos Deputados integrantes da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que se dirijam até a sala de reunião da comissão, para uma reunião extraordinária da mesma.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Cerimonial providencia a relação para que se possa compor a Mesa e dar início à comissão geral, eu queria solicitar à Segurança da Casa e à Polícia Militar que façam a liberação da entrada dos 150 jovens que vão ocupar a galeria e dos 150 que vão ocupar o auditório, para que eles possam acompanhar a comissão geral que vai ser realizada em função da discussão do Passe Livre.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

Esta Presidência vai suspender os trabalhos por alguns momentos para composição da Mesa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h31min, a sessão é reaberta às 16h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.573, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o passe livre estudantil nas modalidades de transporte público coletivo”.

Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal, Gualter Tavares Neto; o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, André Clemente Lara de Oliveira; o Sr. Diretor-Geral do DFTRANS, Marco Antônio Nunes de Oliveira; o Sr. Chefe do Departamento Comercial da Diretoria Financeiro-Comercial da Companhia do Metropolitano do DF, Paulo Eduardo Medeiros de Moura, neste ato representando o Sr. Diretor-Presidente, Divino Alves dos Santos; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal – SETRANSP/DF, Wagner Canhedo Azevedo Filho; o Sr. Assessor da Reitoria da Universidade de Brasília, Rafael Moraes; o Sr. Diretor da União Nacional dos Estudantes – UNE, Tiago Dias Cardoso; o Sr. Diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, Felipe Andrade; o Sr. Representante do Movimento do Passe Livre – MPL, Paulo Henrique da Silva Santarém; o Sr. Representante do Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ, Leandro Borja Cerqueira.

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Sr. José Agmar de Souza, assessor de gabinete da SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, bem como cumprimentar cada um dos senhores e das senhoras presentes. Cumprimento também, neste momento, os Deputados presentes a esta sessão: Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa; Deputado Milton Barbosa, que mesmo licenciado para tratamento de saúde – parece que o remédio dele é esta Casa – encontra-se aqui conosco; a estudante Deputada Jaqueline Roriz, que está com uma camisa bonita amarela e verde pedindo o Passe Livre; o Deputado Raad Massouh, que está com uma roupa toda jovial, apesar dos cabelos brancos; o Deputado Batista das Cooperativas, que é o mais jovem aqui desta Casa.

Quero dizer a todos os senhores e senhoras presentes que esta comissão geral tem a pretensão, o objetivo de trazer luz para o debate de uma questão que gera um certo desossosgo a muitos segmentos da nossa sociedade brasileira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

Foi aprovada nesta Casa, e muito recentemente, em janeiro de 2010, uma lei que disciplina esta questão. Todavia, no momento da sua aplicação, o Governo vem encontrando uma série de dificuldades para sua operacionalização. Com isso encaminha para esta Casa o Projeto de Lei ora sob análise, para que se possam promover as alterações na perspectiva de que o Governo do Distrito Federal, autor do projeto, viabilize a aplicação deste texto legal. É com esse objetivo que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, palco e foro das discussões dos problemas da nossa cidade, não poderia deixar de propor e aprovar a realização desta comissão geral. É do debate que surge a luz, surgem as soluções, e esta Câmara Legislativa estabeleceu algumas regras que garantem este debate. Uma das regras é exatamente que todos os projetos passem pelas comissões pertinentes. Neste caso específico, passa pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e por várias outras comissões.

Então, o objetivo principal desta comissão geral é realmente termos luz para que, com a discussão, possamos analisar melhor este projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, com vistas a atender todos os alunos do Distrito Federal.

Registro também a presença do Deputado Aguinaldo de Jesus, Líder do Governo; do Deputado Roberto Lucena; do Deputado Reguffe e do Deputado Batista das Cooperativas.

Eu gostaria de iniciar os trabalhos concedendo a palavra aos Deputados inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, para manifestar-se sobre o tema.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser breve, até porque não vou permanecer nesta comissão geral para discutir sobre o passe livre. Vou prestar somente alguns esclarecimentos a V.Exa., que conduzirá os trabalhos da melhor maneira possível, até porque V.Exa. não só faz parte da Mesa, como Secretário da Mesa Diretora, mas também já presidiu várias sessões aqui na Câmara Legislativa.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que o Deputado Wilson Lima, Presidente da Câmara Legislativa, está ausente hoje porque está de licença médica. Ontem, S.Exa. foi a uma consulta, está com um problema de saúde. Portanto, teve que se ausentar ontem e hoje.

Nas funções de Presidente da Câmara Legislativa, eu permiti, após conversar com os Srs. Parlamentares, a entrada de 150 estudantes na galeria, 150 no auditório e os outros quase 1.200 estudantes ficaram do lado de fora, porque, infelizmente, a Casa não tem condições de comportar mais pessoas aqui dentro, até em função da própria segurança dos estudantes e dos Parlamentares, e para que essa discussão inclusive possa ser feita da melhor maneira possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

O projeto que trata do Passe Livre, aprovado nesta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro, previa um gasto estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mensais. Já foram gastos R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mas não se contemplou a totalidade de estudantes!

Nós temos uma série de problemas. A empresa Fácil não atende os estudantes da rede pública do Distrito Federal. Além disso, temos uma auditoria na empresa Fácil para comprovar a questão do cadastro. Ninguém tem conhecimento do cadastro. Nós temos 700 mil estudantes no Distrito Federal, mas o cadastro que havia na Secretaria de Transporte era de 150 mil estudantes.

Então, eu gostaria de esclarecer aos estudantes, aos Parlamentares presentes e à sociedade que existe um crédito para ser aprovado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Era para ser votado hoje, mas é prerrogativa da Presidência da Câmara Legislativa definir a pauta de votação da Casa. Foi colocado um crédito de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e não foram atendidos os estudantes ainda, na segunda-feira. Então, esta Presidência decidiu, após transformar a sessão ordinária em comissão geral, que o crédito de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) não será votado hoje, até porque virou um poço sem fundo, um ralo, em que o dinheiro não atende a sociedade.

Portanto, esse crédito será votado e colocado em debate na próxima terça-feira, após os estudantes, a sociedade e os Parlamentares realizarem o debate e tivermos condições de debater sobre o Passe Livre e atender todos os estudantes do Distrito Federal, principalmente os estudantes da rede pública.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Deputado Cabo Patrício, eu ia pedir um aparte, mas vejo que V.Exa. já terminou o seu pronunciamento.

Sr. Presidente, solicito o uso da palavra somente para eu esclarecer uma questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Batista das Cooperativas, peço a V.Exa. um momentinho.

Com a conclusão da intervenção do Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, antes de conceder a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas, nós gostaríamos de registrar a presença do Deputado Rôney Nemer e da Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, estudantes aqui presentes, eu quero inicialmente parabenizar o Deputado Cabo Patrício pela condução dos trabalhos e pela ação que estou vendo aqui. Nós dividimos o plenário com Parlamentares e com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

os estudantes. A Casa é do povo e tem que mostrar que é do povo. Vejam a importância que este Parlamento teve ao longo de 40, 60 dias. Como é espetacular o processo democrático!

Eu queria só, dentro do momento de fala que o Deputado Cabo Patrício colocou, dizer da importância de buscarmos votar esse crédito, porque nós estamos pensando em 40 mil estudantes. Antes de qualquer coisa, nós estamos pensando em uma responsabilidade social. Eu queria resgatar... sei que é uma prerrogativa da Presidência, a de convocar uma reunião extraordinária dos membros da Mesa, se assim o for, se a Presidência quiser buscar colegiar essa decisão, mas eu só queria resgatar que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está, neste exato momento, terminando uma reunião... Já terminou e buscaram-se alguns encaminhamentos, que estão sendo subsidiados pelo Deputado Paulo Tadeu, dos quais não há votação. Então, as colocações que eu iria fazer já são matérias vencidas. As colocações aqui expostas pelo Deputado Cabo Patrício, eu as ratifico.

Hoje pela manhã, e foi público e notório, os veículos televisivos de imprensa noticiaram e mostraram que os funcionários do GDF, na busca de uma auditoria, não conseguiram fazer essa auditoria. Não conseguiram ter subsídios para que se pudesse fazer essa auditoria. Eu acho que a Casa tem que estar preocupadíssima com isso. Todos os estudantes precisam ter o Passe Livre. É um projeto moderno, fantástico, que esta Casa referendou. Mas, antes de qualquer coisa, temos que ter responsabilidade social. Agora, se já veio um encaminhamento da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e eu não sou membro efetivo, no sentido de discutirmos apenas a comissão hoje. Vamos à discussão da comissão. Mas tenho colocado sempre aqui nesta Casa que nunca, jamais, votarei contra trabalhador e contra estudante! Jamais!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concluída a fala do Deputado Batista das Cooperativas, eu registro a presença na Mesa do Deputado Paulo Tadeu, a quem inclusive peço que, junto conosco, possa presidir esta sessão. Eu quero registrar também a presença do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma observação. Fomos convocados para vir a esta Casa assistir a uma comissão e votar a liberação do crédito para resolver o problema do Passe Livre. Não estou nem trajado como deveria, mas vim com esse intuito. Eu acho que deveríamos fazer todo o sacrifício – vejo que já foi feita a reunião na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – para que, em respeito aos estudantes que aqui estão, façamos essa votação ainda hoje. Ou então que haja uma justificativa que seja realmente convincente, porque a que o Deputado Cabo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

Patrício deu, infelizmente, eu não posso aceitar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Raad Massouh.

Deputado Aguinaldo de Jesus, se me permite uma sugestão... Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, porque S.Exa. traz informações das comissões pertinentes, no caso, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e talvez poderia até subsidiar posteriormente a manifestação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero rapidamente desejar boa-tarde a todas e a todos e dizer que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deliberou por não votar a matéria. Primeiro, porque tínhamos uma informação da Mesa Diretora de que essa matéria não entraria hoje na Ordem do Dia por ter havido a convocação desta comissão geral. A segunda preocupação é que há mesmo a suspeita de desvio do recurso que está hoje sendo administrado pela empresa Fácil, sem nenhum controle por parte do Governo do Distrito Federal. Esta Casa não tem a segurança de que os 6 milhões colocados no Passe Livre não estejam sendo desviados para outros interesses.

Diante disso, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deliberou por não votar a matéria para que esse debate, que tem como objetivo discutir o Passe Livre, a proposta do Governo, a lei que está em vigor, seja feito antes da aprovação de qualquer crédito, até porque, se houver necessidade, depois da aprovação da lei, até um valor maior pode ser aprovado, desde que haja controle dos recursos que estão caindo nas mãos dos empresários por meio da administração do Passe Livre. Por isso, e somente por isso, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deliberou, portanto, por não votar hoje, priorizando o debate do mérito da proposta. É esse o informe.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Passo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alunos aqui presentes, vocês observam o porquê de muitos projetos aqui demandarem tempo até mesmo para discussões. É justamente para evitar um clima como esse, que surgiu em decorrência de que, há um tempo, votou-se um projeto de forma equivocada, de forma errada, açodada para atender... Tanto foi errado, que hoje nós o estamos aqui discutindo. Virou um poço sem fundo, no qual o Governo coloca dinheiro toda semana, o dinheiro desaparece e os alunos não são atendidos.

É preciso, sim, uma fiscalização, Deputado Paulo Tadeu e Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Eu até fiz uma consideração – talvez seja um voto vencido – sobre a necessidade de haver a fiscalização do Ministério Público, do Tribunal de Contas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

para dar lisura, para dar transparência à utilização dos recursos públicos e para que não falem recursos para os alunos, porque os maiores prejudicados com tudo isso são eles, que precisam estudar, que precisam se deslocar de suas casas até a escola. É por isso que este país tem uma dificuldade muito grande de acabar com a violência, de acabar com a miséria, de acabar com o desemprego. Enquanto este país não se debruçar sobre o problema da educação e não investir nela, vai sofrer e gemer.

Eu sou a favor, Deputado Paulo Tadeu, de discutirmos mais a matéria. Eu só quero saber se os alunos terão paciência para esperar a boa vontade desta Casa de votar o projeto de interesse deles. Eu sou a favor, não tenho problema com isso, não. O Governo disponibilizou 6 milhões para atender aos alunos. Agora, sou a favor também de que, após a liberação desses 6 milhões, tenhamos uma fiscalização para que não caiamos no erro de disponibilizar recursos e mais recursos toda semana. E essa novela não acaba nunca! Quem fica prejudicado são os alunos.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer coro com as palavras de V.Exa. e com a maioria das palavras que foram proferidas aqui. Detenho-me um pouco nas palavras do Deputado Aguinaldo de Jesus, que questionou por mais quanto tempo esta Casa vai continuar agindo da forma que ele nominou. Temos lutado aqui para haver *quorum* nesta Casa. Eu dou o testemunho de que V.Exa. sempre esteve aqui. Tenho em minhas mãos – a imprensa me pediu – a frequência dos Parlamentares, que a mim cabe, como Terceiro Secretário, informar. E vou informar. Agora, questioneei V.Exa. ali, como Líder do Governo, onde estava a Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que deveria proferir um parecer para que tivéssemos segurança de votar os 6 milhões. Ao que me parece – não estou padecendo da minha visão –, o Presidente não apareceu. Este requerimento é para discutir um problema gravíssimo de descontrole público e privado, que é o Passe Livre. Não estou colocando culpa em ninguém. Quero parabenizar o Governador Rogério Rosso por ter tido coragem. Não vi nenhum dos que votaram nele elogiá-lo em nenhum momento aqui. O problema é grave. Não há controle. Ou, se existe esse controle, não chega ao Governo, que é quem mantém o Passe Livre dos estudantes.

O Passe Livre é um projeto belíssimo, cuja iniciativa é deste cidadão que está aqui do meu lado, o qual foi tachado de demagogo na época – Deputado Paulo Tadeu. Então, alegra-me muito ouvir de V.Exa. que é preciso ter controle. Tira da Fácil! Licita-se. Faça o que tem de se fazer. Que o Ministério Público, o Tribunal de Contas, os representantes dos estudantes e da sociedade possam controlar. Repito que não estou colocando culpa em ninguém. Estou fazendo uma constatação. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

há controle. Disseram a mim que o Governo não tem uma lista dos estudantes que são beneficiados. Para onde vai a lista? É para a Secretaria de Educação? É para o DFTrans? Para onde vai? Agora, é preciso haver controle. O dinheiro é nosso. É de todos vocês que vão a uma venda, compram um sabão... Todos pagamos. Somos nós que pagamos, mas é preciso controlar o dinheiro público.

Parabenizo os Deputados que assinaram a proposta que viabilizou essa discussão. Da base do Governo, da base que diz ser do Governo Rogério Rosso, parece-me que existem somente duas assinaturas: uma é do Deputado Batista das Cooperativas; a outra é do Deputado Rôney Nemer. Agora, quando não existe coragem para se indispor com o Governo e assinar a discussão de um problema grave como esse, aí sim, esta Casa está ruim, o tecido dela está ruim. O cidadão não assina porque, amanhã, esse requerimento pode cair nas mãos do Governador ou de um assessor dele. O que é isso? Deve-se exercer um mandato com independência. Acharam ruim porque dissemos que exercemos o mandato com independência. Vamos exercer com independência, sim. Esta Casa só terá estatura moral para representar aqueles cidadãos ali e a sociedade de Brasília no dia em que ela tiver independência para agir, com a consciência dos Deputados, sem estar sujeita a injunção de ninguém. É por esta razão que fiz um discurso pontual: porque tenho um líder, aquele lá de cima; depois vem a minha consciência.

Parabenizo, então, o Governador Rogério Rosso pela coragem de enfrentar o problema. Se depender de mim, do nosso bloco, vamos enfrentá-lo sem colocar culpa em ninguém, porque não cabe a nós julgar. Quem julgará é quem tiver cometido algum erro. O poder competente é que julgará. Agora, que vamos aprimorar a lei para beneficiar realmente quem precisa, vamos fazer, sim.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Após a manifestação do Deputado Milton Barbosa, quero registrar a presença da Deputada Eliana Pedrosa e prestar os seguintes esclarecimentos que foram arguídos pelo Líder do Governo.

A matéria já foi objeto de apreciação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e lá se decidiu que não seria votado esse crédito hoje. Eu gostaria de expender o seguinte argumento: se fosse do entendimento do Governo do Distrito Federal que esta matéria seria tão urgente, conhecendo que as normas de procedimento desta Casa estabelecem que devemos passar todos os projetos pelas comissões pertinentes, o Governo do Distrito Federal não teria encaminhado este pedido de crédito apenas na data de hoje. De duas, uma: ou o Governo do Distrito Federal quis atribuir culpa a alguém ou – e esta hipótese eu considero mais acertada – foi imprevidente. Deveria ter visto antes. E é imprevidente exatamente por uma das falhas, que é a falta de fiscalização, que é a falta de controle, que não existe. E essa matéria, ou seja, a votação do projeto referente ao crédito, transitou em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

julgado neste momento. Acabou. Não há mais o que conversarmos sobre isso aqui no plenário haja vista que, na comissão competente, que é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, decidiu-se que só seria encaminhado para cá. É isso, Deputada Eliana Pedrosa?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sim, querida, mas estou dizendo o seguinte: não há por que ficarmos discutindo o crédito neste momento haja vista que lá o projeto ainda... não é isso?

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um equívoco. Esse crédito chegou a esta Casa no dia 14. Está aqui registrado. Eu é que pedi, após conversar com alguns Deputados ontem, que desmembrássemos o crédito dos estudantes de outro crédito de 35 milhões, porque a prioridade era só o passe estudantil. Houve só esse desmembramento, mas o crédito já tinha chegado aqui no dia 14, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está certo. O próximo inscrito para falar é o Deputado Paulo Tadeu. Depois temos a inscrição do Deputado Chico Leite, que não falará agora, do Deputado Reguffe, da Deputada Eliana Pedrosa e da Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar este momento porque acredito que ainda existe muita desinformação com relação a todo esse processo. Tenho lido e tenho visto várias matérias jornalísticas e mesmo comentários aqui dentro do Poder Legislativo que não têm o conhecimento pleno de toda essa matéria relacionada ao Passe Livre. Então, quero rapidamente, Sr. Presidente, estudantes aqui presentes e demais autoridades, fazer um breve histórico de todo esse processo para que nós, a partir do entendimento histórico, tenhamos entendimento do que está acontecendo neste momento no Distrito Federal.

Ora, em 1991, Sr. Presidente, o estudante de Brasília pagava dois terços da passagem, o chamado passe estudantil. O estudante pagava dois terços e tinha um desconto de um terço no valor da passagem. No final de 1991, a lei aprovada nesta Casa, de autoria do então Deputado Agnelo Queiroz, aumentou o desconto para dois terços, ficando o estudante com o custo de um terço do valor da passagem. Dois terços da passagem, portanto, eram pagos por quem, já que o estudante pagava um terço? Não eram os empresários nem era o Governo; os dois terços eram diluídos no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

valor da passagem de ônibus, algo que funciona até o dia de hoje, agora com um agravante.

Foi aprovado, no ano passado, um projeto de autoria do Poder Executivo. Quando aprovamos aquela proposta nossa, Deputada Erika Kokay, de vários Parlamentares, nós dissemos o seguinte: os dois terços continuavam diluídos no valor da tarifa, e o Governo iria arcar com um terço. Para nossa surpresa, o Governo enviou um projeto para esta Casa dizendo que iria arcar com o todo, com os dois terços diluídos no valor da passagem que todos os usuários pagam, e mais um terço que o estudante pagava. Ora, o que se esperava a partir daí? Já que o Governo estaria assumindo todo o valor da passagem dos estudantes, deveria haver uma diminuição na tarifa de ônibus. Não ocorreu essa diminuição. Os empresários continuam ganhando os dois terços que estão diluídos na passagem de ônibus e agora ganham do Governo também os mesmos dois terços e mais um terço dos estudantes. Então, os empresários de ônibus lucraram com o Passe Livre. Nós apresentamos uma emenda aqui, na época, para modificarmos essa forma de cálculo, e não foi possível a sua aprovação porque o então Governo Arruda impôs a aprovação daquela matéria.

Nós também chegamos a dizer, Sr. Presidente, que esse valor pago, com relação ao Passe Livre, deveria ser fiscalizado por um comitê de estudantes, da Câmara Legislativa, de órgãos do Governo local. E, além disso – está na lei –, o Governo deveria publicar todos os meses a execução orçamentária do Passe Livre, coisa que não aconteceu. Nem o comitê social funcionou, e ninguém, nem a imprensa, nem esta Casa, nem os estudantes conhecem de fato o que aconteceu nessa história do Passe Livre. Ninguém conhece! É uma verdadeira caixa preta. O Passe Livre virou uma caixinha preta que precisa ser aberta antes que se transforme na Caixa de Pandora 2. Na Caixa de Pandora 2! (Palmas.)

O Governo do Distrito Federal, só para vocês terem uma ideia, para ser sucinto, tomou uma série de medidas de que os empresários não podem reclamar. Está aqui o Wagner Canhedo; não pode reclamar. O Governo fez certo ao combater a pirataria. Isso aumentou o número de passageiros nos ônibus. O Governo cassou e perseguiu o transporte alternativo. Cassou e perseguiu! Aumentou mais o número de passageiros nos ônibus do Distrito Federal. Exigiu uma renovação da frota. Essa renovação da frota significa menos custo de manutenção: mais um ganho para os empresários. Só o Passe Livre estudantil incrementou na receita das empresas de ônibus aproximadamente entre seis e oito milhões de reais por mês. Seis a oito milhões de reais por mês foi o incremento. O sistema de transporte público movimenta aproximadamente – estes são números do DFTRANS – 60 milhões de reais por mês, 720 milhões de reais por ano – números do DFTRANS. Então não se pode reclamar que os empresários estejam passando dificuldades.

Agora, o Governo ter privatizado, terceirizado a administração do Passe Livre é que gerou todo esse problema, a ponto de assistirmos, Deputado Milton Barbosa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

ao que assistimos ontem: o Governo mandar lá para a empresa Fácil, Deputada Jaqueline Roriz, auditores para receberem dados da empresa. E os auditores saíram de mãos abanando porque lá não há dado nenhum.

A primeira concepção equivocada do Sr. Rogério Rosso: educação não é gasto, é investimento! O Sr. Rogério Rosso quer transformar o Passe Livre numa política assistencial. O transporte é público, não é do Sr. Wagner Canhedo. Não é do Sr. Wagner Canhedo! O Sr. Wagner Canhedo e os outros empresários estão no transporte público porque há concessão do Estado, e eles não dão nenhuma contrapartida para os estudantes. E o Estado se submete, se enverga, se ajoelha diante do poderio que esses empresários têm. Aliás, quando da discussão do Passe Livre nesta Casa – é importante lembrar porque essas coisas têm de ficar muito claras, porque fofoca é o que não falta nesta Casa –, nós aprovamos uma emenda de autoria do Deputado Benício Tavares – e quero dizer que concordo com o mérito dela –, que estendia o Passe Livre às pessoas portadoras de necessidades especiais. Não tenho nenhuma vergonha de ter votado a favor dessa matéria. O que me envergonha é, depois, o empresário de ônibus, o Sr. Valmir Amaral, ter dito que Deputados receberam propinas para votar essa matéria!

Quero dizer o seguinte: nós iremos defender o Passe Livre, porque estamos convencidos de que essa matéria não é matéria de gasto, como está sendo vista pelo Sr. Rogério Rosso. Essa é uma matéria de investimento; não de investimento nas empresas de ônibus, mas investimento na educação das nossas crianças, dos nossos adolescentes. (Palmas.)

É engraçado que, para o Passe Livre, o Governo logo se alvorçou a cortar e a querer limitar o valor a ser gasto, como diz ele, gasto com os estudantes. Nós entendemos que é investimento. Mas ele não corta o dinheiro para as festas inúteis que ele faz. São milhões e milhões de reais. (Palmas.) O Governo não está cortando a verba de propaganda e publicidade, que, só para este ano, está prevista, Deputada Eliana Pedrosa, para quase 300 milhões de reais! Há que se mudar essa lógica de que o Passe Livre virou gasto, virou peso para o Governo e que, diante disso, temos que cortar e limitar os gastos com o Passe Livre. Ora, eu tenho aqui todos os dados que conseguimos obter do DFTRANS.

Na medida em que as instituições funcionarem, provavelmente, essa história do Passe Livre pode colocar gente na cadeia. Pode colocar gente na cadeia! Por isso, inclusive, estamos preocupados com a votação desse crédito de mais seis milhões, que não sabemos para onde vão e nem para de onde vieram. O Governo do Distrito Federal passou para as empresas de ônibus um percentual do valor da passagem de ônibus, que hoje é de 4% do valor da passagem. Esse valor, por lei, tem de ser destinado ao DFTRANS para que este tenha poder de fiscalização. Mas, esses 4%, vocês sabem onde estão? Na mão das empresas. Esse valor não é repassado para o Governo do Distrito Federal. O mesmo Governo que disse ontem para a sociedade que não tem, inclusive, os números e os dados com relação ao Passe Livre.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

Quero aqui dizer, Deputado Raimundo Ribeiro, para terminar a minha intervenção, que nós aqui desta Casa, que estamos sob um fogo cruzado muito grande de denúncias de corrupção, de desvio de dinheiro público, com prisão até de ex-governador, com renúncias de Parlamentares, com renúncias de ex-governador, ex-vice-governador, uma crise ética sem precedentes, não podemos, como bem disse o Deputado Milton Barbosa, aprovar qualquer matéria sem termos o cuidado necessário de observar que não estamos contribuindo com o aumento de um esquema de corrupção ou mesmo com a continuidade de um esquema de corrupção. Antes de aprovarmos qualquer coisa relacionada ao Passe Livre, temos que fazer um pente fino nos números do Passe Livre e exigir na lei do Governo... Isso é interessante. Só para vocês terem uma ideia, vocês sabem o que o Governo diz no seu projeto? Que o Governo tem de ter acesso irrestrito aos dados de execução. Está na proposta do Governo. É a coisa mais absurda do mundo o Governo dizer para a empresa privada que ele precisa ter acesso a um dinheiro que ele mesmo paga, que é o dinheiro do Passe Livre. O Governo precisa dizer isso em lei?

E por fim, para concluir, quero aqui dizer que nós não concordamos com a proposta enviada pelo Governo do Distrito Federal. Não concordamos com ela! (Palmas.) O Governo, primeiro, precisa colocar no projeto, Deputada Eliana Pedrosa, que vai retomar o controle da administração, da emissão e da fiscalização do Passe Livre. O Governo, Deputado Raad Massouh, tem as agências do Na Hora. O Na Hora funciona em todas as cidades de Brasília. Tem que passar para o Na Hora! Tem que passar para o governo administrar, executar e fiscalizar o Passe Livre! (Palmas.)

Por fim, quero dizer que nós vamos apresentar uma série de emendas à proposta do Governo, não para aumentar gastos, mas para garantir a transparência, a aplicação dos recursos de maneira honesta e para que os estudantes e as famílias não sejam prejudicados por desmandos e incompetências, seja das empresas, seja do Governo.

É essa a nossa intervenção na tarde de hoje, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Benedito Domingos e de esclarecer que o Deputado Wilson Lima, Presidente desta Casa, não está presente neste momento em razão de problemas de saúde.

Temos inscritos para falar. Solicitamos que, na medida do possível, cada orador utilizasse de 2 a 5 minutos em seus discursos. Temos inscritos para fazer uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Erika Kokay, Deputado Reguffe, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Roberto Lucena, Deputado Raad Massouh e a Deputada Jaqueline Roriz.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de saudar cada uma e cada um de vocês que vieram aqui dar uma aula de cidadania aos Parlamentares e à sociedade de Brasília. Vieram aqui para lutar por seu direito, seu direito de ver valer uma lei enviada pelo Poder Executivo e, em verdade, o Poder Executivo não está tendo condições de cumpri-la, está penalizando cada uma e cada um de vocês.

O Governo do Distrito Federal virou as costas, virou as costas para os estudantes que, muitas vezes, madrugam para buscar a recarga dos seus cartões e saem de lá sem ter a recarga feita! (Palmas.) Os estudantes que não podem carregar nas mãos e não podem carregar na vida uma conquista que foi de vocês! Foi a luta pelo Passe Livre, tantas vezes expressa nesta cidade, que forçou o Executivo a encaminhar uma proposta para esta Casa.

O que nós vemos, neste momento, é que existe uma anomalia, porque a empresa que coordena o Passe Livre é a mesma empresa cujos donos são os donos do transporte coletivo desta cidade que é, diga-se de passagem, um dos piores transportes coletivos de todo Brasil! A passagem mais cara de todo Brasil! (Palmas.) É ou não é que, por muito tempo, os ônibus desta cidade usaram chassi de caminhão? Nós não somos gado para andarmos em caminhão! Exigimos respeito!

O sistema de transporte é coletivo, porque não é público! Eu posso dizer que a saúde é pública, porque não se paga por ela; eu posso dizer que a educação é pública, porque não se paga por ela! Em Brasília, paga-se a passagem de ônibus mais cara de todo Brasil! Portanto, não é um sistema público de transporte, é um sistema coletivo.

Então, nesse processo, a responsável pelo Passe Livre é a empresa Fácil, que tem como proprietários os donos dos ônibus do Distrito Federal! É promiscuidade! E esta cidade já não suporta tanta promiscuidade entre o público e o privado! Esta cidade foi ferida na sua autoestima com as denúncias que saíram da Caixa de Pandora! Esta cidade exige que o Poder Público fiscalize, fiscalize os repasses, porque os empresários lucraram com o Passe Livre! Lucraram! Por quê? Porque a diferença entre o que os estudantes pagavam e o valor da passagem era arcada pelo custo da passagem diluída entre todos os usuários. Hoje o Estado banca 100% do Passe Livre! Cem por cento do Passe Livre é bancado pelo Estado! Portanto, aquela passagem que foi calculada considerando que um terço teria que ficar para o sistema, hoje, tem 100% do Passe Livre sendo bancado pelo Estado. Tem razão o Deputado Paulo Tadeu quando diz que os empresários não têm muito que reclamar. Não têm que reclamar porque nós, por muito tempo, e ainda, andamos em ônibus que estão absolutamente sucateados e não foram renovados — e deveriam ter sido renovados, pela lei!

Nós temos aqui a isenção em benefícios tributários e fiscais para os donos de ônibus. Portanto, esses que calcularam a passagem com determinado custo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

tributário agora não têm esse custo tributário, e a passagem é a mesma! Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores fizemos emendas ao projeto do Passe Livre. Uma delas é, se 100% do Passe Livre iria ser bancado pelo Governo e parte dele já não seria bancado por todos os passageiros, pois estaria no custo da passagem, que diminuíssemos o valor da passagem. O Governo vetou. Nós também fizemos uma emenda de que o estudante, para se formar, precisa de cultura, precisa de lazer, precisa ter passe livre no final de semana! A formação de um ser humano — formação humana, formação cidadã — não é apenas a ida à escola, é o acesso aos meios de cultura para que nós possamos nos sentir vivos, para que possamos ter acesso aos bens culturais, muitas vezes restritos a uma pequena minoria.

Por isso eu digo, neste momento, que a nossa posição, aqui já explicitada pelo Deputado Paulo Tadeu, é a de que nós não concordamos em limitar a concessão do Passe Livre à renda porque isso é investimento em educação, não é gasto! Porque nós não concordamos em que não haja a fiscalização do Estado na concessão do Passe Livre. E nós queremos que o Estado seja multado e a Fácil seja multada todas as vezes em que o estudante for lá e não tiver o direito de ter a recarga! Nós queremos a responsabilização do Estado e a responsabilização dos empresários.

E, por fim, dizer, como diz um velho ditado da minha terra, que nunca vai dar certo colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. Por isso, não dá certo colocar os empresários para controlar o Passe Livre, que será concedido para as suas próprias empresas. É o Estado que tem que assumir. Por isso, eu digo: não vamos transigir! Nós queremos o Passe Livre! É um direito, é um direito dos nossos meninos e das nossas meninas. E nós queremos transparência para que nunca mais esta cidade tenha sobre ela uma Caixa de Pandora, que a envergonha, que a sequestra e que a faz terra dos que querem confundir o público com o privado.

Essa é a nossa posição.

(Assume a Presidência a Deputada Eliana Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente desta sessão neste momento, Deputada Eliana Pedrosa, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa, estudantes aqui presentes, que hoje dão essa bela demonstração de cidadania, de organização da sociedade civil. Eu quero, primeiramente, fazer um registro. Vários Parlamentares lutaram aqui pela implantação do Passe Livre, mas é importante que se faça um registro especial a um deles, que lutou mais do que todos, que foi o precursor nesta Casa dessa discussão: o Deputado Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores, que lutou de forma incansável, desde o início, pela implantação dessa lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

Eu quero aqui fazer algumas discussões. A primeira é sobre o lucro das empresas de ônibus e transporte coletivo do Distrito Federal. Esta Casa – aliás, contra o meu voto nas duas questões – aprovou duas leis: a Lei nº 4.242, de 2008, que concedeu isenção de ICMS sobre óleo diesel para as empresas de ônibus — eu votei contra, e inclusive o Tribunal de Justiça julgou inconstitucional essa lei, em setembro de 2009 —, e depois a Lei nº 4.243, de 2008, um projeto de iniciativa do Governo, contra o qual eu também votei, que concedeu às empresas de ônibus isenção de IPVA sobre os veículos da frota, numa renúncia fiscal que chegaria a 2 milhões e 400 mil reais.

Brasília é o único lugar, não só do Brasil, mas único lugar do mundo onde dono de empresa de ônibus urbano fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. Não tem paralelo no mundo. Essa margem de lucro precisa ser apurada, precisa ser auditada. A primeira coisa que se tem que fazer no transporte público do Distrito Federal é uma auditoria. A população tem o direito de saber quanto exatamente circula de dinheiro no transporte público.

Portanto, eu quero dizer que o Deputado Cabo Patrício agiu muito bem quando não colocou em votação esse projeto hoje, porque não se pode colocar mais um centavo do dinheiro público em algo, sem que fique claro exatamente qual vai ser o destino desse dinheiro.

Eu quero dizer também que estou apresentando uma emenda a esse projeto no sentido de que o Passe Livre seja arcado pelas empresas de ônibus, porque elas têm que arcar com isso, como acontece em vários países do mundo. Se a pessoa tem a concessão do transporte, ela tem que arcar com, inclusive, a responsabilidade social desse transporte. Como foi bem falado antes de mim aqui, isso é investimento em educação, não pode ser visto como gasto.

Todos nós aqui, inclusive as empresas, temos que lutar para melhorar a qualidade do serviço à população, para que seja um serviço mais pontual, para que seja um serviço decente. A população inteira do Distrito Federal hoje considera o transporte público de péssima qualidade. Concessão de transporte público não é propriedade. Se a empresa não está prestando o serviço a contento, é preciso cassar a concessão dessa empresa e fazer uma nova licitação ou, se for o caso, até estatizar esse serviço. Mas é preciso que se faça algo para disciplinar esse setor, e a primeira coisa é uma auditoria, porque ninguém sabe ao certo quanto é que circula aí de dinheiro — fala-se em 720 milhões anuais —, e de quanto é a margem de lucro. É preciso que se faça uma auditoria para que, a partir dessa auditoria, todos nós possamos falar com dados mais precisos, mais embasados.

Cabe ao Governo, que também não vem cumprindo a sua função, colocar um holofote nessa questão, publicar esses dados na *Internet*. Por que isso não é feito? Será que isso esconde interesses, ou será que isso pode jogar uma luz em algo em que não se quer jogar luz?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

Eu quero registrar aqui que vou apresentar essa emenda e também vou defender aqui uma auditoria em todo o sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal. Penso que esse transporte tem que seguir uma legalidade, tem que seguir também o princípio da economicidade popular. Brasília paga uma das maiores tarifas de passagem de ônibus do Brasil. Isso tem que ser averiguado por quem tem responsabilidade pública, como eu tenho como Parlamentar, com toda a seriedade.

Eu quero deixar apenas esse registro e dizer que o Passe Livre não pode ser visto como uma questão de gasto; tem que ser visto como uma questão de investimento na educação, principalmente na educação pública, que é algo tão caro para todas aquelas pessoas do meu partido, o PDT, como, aliás, já foi dito aqui anteriormente por outros Parlamentares.

Quero dizer, para encerrar, que é preciso que esta Casa só vote mais qualquer projeto referente a isso com plena consciência do destino desses recursos e do mecanismo de fiscalização que a sociedade vai ter para averiguar onde esses recursos estão sendo aplicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, eu acho que, no momento, esses 6 milhões são um paliativo enganador. Por quê? Porque a febre vai diminuir, e depois? Cadê mais dinheiro? O que será dos rapazes e das moças que utilizam o transporte, quando acabar o dinheiro? Então, para mim, essa febre vai voltar e vai voltar com muito mais intensidade.

A segunda coisa é que até votamos. Não quero entrar no mérito aqui dos empresários, porque, muitas vezes, você fala e as coisas podem não ser tão fáceis. Agora, nas próximas votações, eu só voto se houver uma fiscalização definitiva.

Fica esse meu registro, porque eu acho que dinheiro é bom, mas quando se ganha com seriedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sra. Presidente, todos os presentes e estudantes.

Eu vou ser bastante objetiva, porque acho que o tema já foi bastante repetido. Concordo em grau, gênero e número com tudo o que já foi dito, principalmente pelo Deputado Paulo Tadeu, que foi o precursor dessa ideia brilhante. Como já foi dito muito aqui, nós temos que atentar exatamente ao investimento que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

está sendo feito pelo Governo. Então, eu quero deixar registrado que esse investimento que é feito pelo Governo tem que ser fiscalizado pelo Governo. Não vou ser repetitiva, porque tudo isso já foi dito, mas quero deixar só registrado que direito adquirido não se perde. Jamais votaremos aqui por uma reestruturação desta lei que não seja em favorecimento dos estudantes. Se houver emendas aqui, que sejam simplesmente para melhorar o sistema.

Aquela emenda mencionada pela Deputada Erika Kokay foi feita inclusive por mim. Nela, dizia-se que os estudantes não têm que ter o passe livre somente para ir para a escola; tem que ter o passe para atividades culturais, tem que ter o passe livre para estudar fora do período extracurricular. Isso foi defendido amplamente nesta Casa. A emenda foi feita por mim e por vários outros Deputados.

Acredito, sim, Srs. Parlamentares, que nós devemos nos debruçar sobre esse crédito, porque, antes de ele ser desmembrado, existiam aí, obscuramente, outros interesses. Os 6 milhões foram desmembrados desses 35 milhões porque existiam causas ocultas.

Então, cada projeto que chega a esta Casa, cada crédito que chega a esta Casa tem de ser estudado por nós e, como foi dito pelo Deputado Milton Barbosa, tem que passar pelas comissões. Não se podem aprovar projetos açodadamente nesta Casa, porque chegam sem o total conhecimento de todos os Parlamentares, sem o total conhecimento da sociedade.

Parabéns por vocês estarem aqui, organizadamente, lutando pelos seus direitos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Meu boa-tarde a todos e a todas. Eu queria parabenizar todo este trabalho e a iniciativa desta Comissão.

Eu queria, rapidamente, só expor duas posições. Nós pedimos explicações do por que não estava sendo votado. Concordo com as declarações do Deputado Paulo Tadeu. Temos, sim, que fazer a vigilância desse dinheiro. Agora, muito me preocupa que isso fique sendo adiado por muito tempo.

Então, eu queria que nós Parlamentares desta Casa já estivéssemos preparados para votar o projeto no máximo na terça-feira, porque, querendo ou não querendo, ele não foi votado hoje. Nós já perdemos cinco dias. Os estudantes já vão ficar cinco dias sem a recarga do cartão. Então, eu quero fazer esse apelo, para que não corra o risco de acontecer na terça-feira o que vem acontecendo até hoje: chegamos aqui e não há *quorum* para votar. Aí, os estudantes vão ficar mais uma semana sem a recarga do cartão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Então, eu queria deixar isso muito claro e fazer um apelo a todos os companheiros para fazermos, sim, uma fiscalização mais enérgica. Acho até que o Governo não tem que fiscalizar só o Passe Livre, não. O Governo tem que fiscalizar a Saúde, a Segurança, a Educação e todo o dinheiro gasto pelo Governo do Distrito Federal.

Eu concordo plenamente com que seja totalmente controlado, mas eu peço encarecidamente: vamos votar na terça-feira, porque não é justo que esses jovens e essas jovens continuem naquela fila sem terem o direito da recarga.

Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Antes de passar a palavra para os estudantes e para os representantes do Governo, eu queria pontuar algumas questões que dizem respeito ao crédito que chegou a essa Casa, um crédito de 6 milhões, que seria aplicado ainda dentro do sistema em vigor. O que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças quer, por meio do meu posicionamento e do posicionamento do Deputado Paulo Tadeu de não votar, é que nós aprovemos a lei primeiramente, com as correções devidas do sistema, para que o crédito seja votado em seguida, no mesmo dia. Nós queremos garantir que esses 6 milhões, efetivamente, cheguem em créditos para o Passe Livre dos estudantes e não para nenhum outro fim. Então, isso é importante deixar claro aqui.

Uma coisa que nos causa estranheza é que, na prestação de serviços do serviço público, presta-se o serviço para depois receber. Aqui, nós temos uma inversão: o Governo paga antecipadamente para depois saber se o serviço foi prestado. Mas uma coisa interessante até agora – salvo engano, Dr. Gualter, nosso Secretário de Transportes, e Dr. Marco Antônio, nosso Diretor-Geral do DFTrans – é que as prestações de contas, se feitas, são feitas em relação aos estudantes cadastrados e não em cima do número de viagens efetivamente realizadas.

Outra questão que chama a atenção é que não há uma distinção entre o cartão do estudante e os dos demais usuários do sistema de transporte, daí ser um poço sem fundo, porque, se qualquer cartão está habilitado em tese ao Passe Livre, abre-se aí o caminho para a fraude. E nós queremos deixar muito clara a nossa posição, que acho que é a posição, se não de todos, da maioria desta Casa. Nós entendemos a educação como a prioridade de qualquer governo e este Governo, se quiser chegar ao fim em bom termo, haverá de respeitar esse pilar, que é o pilar essencial de todo governo. Não se fazem transformações, não se formam cidadãos, a não ser por meio da escola, da educação, e é isso que temos que fomentar. Nós não podemos retroceder, nós temos que avançar. E esta Casa abriu esta discussão para que, antes de votar uma lei, antes de cada Parlamentar apresentar as suas sugestões, antes de apresentar a sua opinião e a sua votação, cada um de vocês, estudantes, e cada um dos cidadãos do Distrito Federal tivesse a oportunidade de discutir a proposta, de dizer se a aprova ou não e de, verdadeiramente, mostrar ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

governo o quão importante é esse Passe Livre para que nós possamos consolidar o Distrito Federal como a unidade da Federação que mais atende aos estudantes, que mais valoriza a educação. Então, queremos, antes de aprovar qualquer crédito, ter a certeza da aplicação correta dos recursos. Eu diria mais, seguindo aquilo que também já foi mencionado pelo Deputado Raad Massouh, devemos fazê-lo o mais rápido possível, mas com todas as cautelas. Estou pedindo para a Assessoria Especial de Fiscalização e Controle – ASFICO, que é o órgão de fiscalização da Câmara Legislativa, que possa acompanhar essa prestação de contas que está sendo feita neste momento pela Fácil. É interessante que o próprio sistema, que foi feito por meio da lei, chamava-se Fácil, a empresa se chama Fácil, até aí parece que há uma promiscuidade entre o público e o privado. Então, essas seriam as considerações que eu gostaria de fazer.

Agora eu queria chamar para fazer a sua fala, representando os estudantes, o representante da UMESB, Marcos Mourão. (Palmas.)

SR. MARCOS MOURÃO – Primeiramente, boa-tarde. Boa-tarde, Deputado Milton Barbosa, Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Jaqueline Roriz, que já vestiu a nossa camisa em defesa do Passe Livre, Deputado Raad Massouh, e a todos os Parlamentares que vestem a camisa dos estudantes.

Acho que a gente está aqui não para ficar naquela questão da demagogia e discutir a questão do Passe Livre de uma forma ampla, de mudança radical, não. Acho que nós estamos, na verdade, na metade de um ano letivo e querem mudar todo um sistema de Passe Livre que foi discutido. Em menos de um ano, houve duas mudanças numa lei, estamos indo para uma terceira mudança. Está aparecendo mudança de governador a todo tempo. Acho que a gente está cansado de ver mudar governador a toda hora. Os estudantes, aquele aluno que está ficando sem a condição de ir para a escola, aquele pai que criou uma perspectiva de saber que o filho dele tinha o passe garantido, nessa brincadeira, nessa discussão de muda o Passe Livre, muda daqui, não muda de lá, estão sendo prejudicados. A gente não está aqui para fazer aquela questão de defesa de governo ou defesa de empresário. A gente está para defender os estudantes e, hoje, para defender os estudantes, a primeira coisa seria a manutenção do Passe Livre. Da forma como está, que seja até o final do governo. Nós estamos no final do governo em pleno processo eleitoral. Hoje quem perde, na verdade, não é o Governador, não é nenhum secretário. Quem perde é o Deputado da Casa que vai votar contra os estudantes, que vai votar num retrocesso do processo do passe livre estudantil. Eu acho que adequações devem ser feitas realmente. Eu acho que, da forma como foi feito, foi atropelado o processo na época. Manda uma lei, o Governo não gostou, pede uma ADIN daqui... Aí o Bandarra — aquele que a gente já conhece muita história dele, que já está na “bandarra” toda —, entrou, fez a ADIN e o que aconteceu? Mais uma vez sobra para os estudantes que sempre são o lado mais fraco. Por quê? Porque num momento de luta a gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

tem que estar unido. Aí é UMESB, é UNE, é FEUBE, são todas as entidades estudantis de esquerda, de direita, o que seja. É olhar para uma coisa só.

O Passe Livre estudantil foi uma luta de vários anos. O Deputado Paulo Tadeu foi um dos que vestiu a camisa e brigou. A UMESB em 1994 começou essa briga aqui dentro desta Casa também. Só que houve um que vestiu a camisa. E vamos brigar. Todos os outros Deputados que votaram na primeira lei votaram na segunda. Agora, a gente vai votar para mudar a lei? Eu acho que estamos tendo alguma mudança de pensamento muito rápido. Eu acho que tem que ter adequação do Governo com os empresários. Eu acho que a gente tem que sentar à mesa e negociar essa forma. Eu acho que a lei é viável. Pode-se fazer uma regulamentação dela bem mais clara do que da forma que foi, porque, quando o Governo passado fez aquela coisa toda atropelada e a mandou para Câmara, ele achou que só colocando o termo “Passe Livre” estava resolvido. Só que ninguém sabia o que iria acontecer nessa história. O que acontece agora? Com todo esse retrocesso político que tivemos, todas as histórias que aconteceram, é o estudante que está respondendo hoje. Então o estudante vai para a Fácil, fica na fila da Fácil, fica de madrugada, fica esperando e, quando chega a hora de colocar o crédito no cartão, falam para voltar amanhã porque não tem mais. O estudante, quando invade a Fácil, é vândalo. O estudante, quando luta pelo direito dele, é vândalo. Mas ninguém para para pensar que existe uma lei que foi aprovada nesta Casa. Eu acho que neste momento a responsabilidade de cada Parlamentar que votou a lei e garantiu o Passe Livre é garantir a continuidade desse benefício para o estudante. Adequação tem que ter, para que se regule e para que se sentem o Governo e os empresários e definam, porque o posicionamento das entidades da UMESB, da FEUBE e do nosso grupo que discute essa questão é a manutenção do passe livre. Que o Governo tenha postura de sentar com as entidades e discutir. A gente até pode chegar a um consenso, mas esperamos que o Governo se sente e discuta. A gente não pediu não foi uma, não foram duas, não foram três conversas com o Governador. A gente já pediu várias. Só que o Governador está tratando os estudantes e as entidades como uma mera situação do acaso. Ele não é candidato até agora, mas vocês aqui da Casa são. Eu acho que temos que começar a pensar sobre isto: ser amigo do estudante ou ser inimigo do estudante. Eu agradeço a vocês que votaram no primeiro momento da lei e na segunda vez. Espero que permaneçam neste mesmo intuito: garantir o passe livre para os estudantes.

Muito obrigado e boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Muito bem, Mauro. Agora concedo a palavra ao Secretário de Fazenda, André Clemente Lara de Oliveira.

SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA – Boa-tarde a todos. A situação é muito grave para o Governo, para as entidades e para a população. E por que é grave? Porque se vê que os recursos públicos não estão sendo suficientes para suprir esta necessidade. O Orçamento não atende a esta necessidade, a esta política



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

pública que foi definida. E os recursos financeiros também não atendem. Já houve vários contingenciamentos: obras, investimentos, cultura. Tudo já foi contingenciado para que possamos equilibrar as contas e atender às políticas públicas, cada qual no seu tamanho. Os controles de gastos foram implementados. Este Governo está aí há cerca de trinta dias e determinou uma série de ações de controle, de austeridade. Tem se trabalhado muito no controle desse gasto e por isso ele está enfrentando este problema agora. Esse problema estava aí e não poderia ser resolvido apenas no âmbito do Executivo, apenas com a aplicação da lei. É preciso envolver o Legislativo com toda a sua maturidade, contribuição, apelo popular — é o que está sendo feito — e chamar também as entidades e a população. Por quê? Porque o entendimento do Governo é de que essa política pública precisa ser dirigida a quem precisa, a quem realmente necessita. Quem está aqui hoje é porque precisa desse passe. E quem não precisa? Quem não precisa está contribuindo para essa despesa e fazendo faltar no final do mês, na recarga de cartão, fazendo o estudante pegar filas, fazendo o estudante enfrentar dificuldades que não precisaria. O estudante tem que estar preocupado é com a sala de aula, é de ir à escola, é de ter tranquilidade para estudar. E, na verdade, não é isso o que está acontecendo.

Então, o Governo percebeu e encaminhou esse projeto aqui para a Câmara para que pudesse ser discutido. Nós precisamos resolver isso rápido, pois aí começam estes paradoxos: aprova-se um crédito, coloca-se mais 6 milhões e conserta-se o que está errado depois; ou conserta-se antes e coloca-se o crédito depois. Mas, enquanto isso, o estudante está na fila sem o crédito, sem poder ir à escola. Então, são problemas que temos de enfrentar e estamos no local certo para fazer isso.

Antes o sistema funcionava da seguinte forma: o usuário pagava 1/3 e o sistema financiava o restante, 2/3. Hoje, o usuário tem isenção total. Ele tem, mas não leva porque essa isenção se tornou tão ampla, alcançou tanta gente que o custo dela fica inviável para o Estado, diante da nossa realidade orçamentária e financeira. Não é que o usuário não mereça, não é que o Governo não dê atenção à educação. Aí tem duas coisas: a primeira é que essa política tem que ser feita realmente para quem precisa; a segunda é que há uma distância entre o mundo ideal, aquilo que a gente quer atingir – o Governo quer atingir esse mundo ideal – e aquilo que é possível momentaneamente. Se não conciliarmos isso adequadamente, não vamos fazer nem um nem outro e essa política ficará desacreditada.

A proposta que vem para a Câmara Legislativa aqui hoje é o quê? Que realmente seja beneficiado aquele que precisa. E para isso foi definido um critério econômico que pode ser discutido, por isso que está aqui; por isso a Câmara e os Parlamentares dispõem dessas prerrogativas constitucionais, que é a limitação de três salários mínimos para isenção total da tarifa. Acima de três salários mínimos, retornaria àquela situação anterior, ou seja, o usuário custearia 1/3 e os demais 2/3 seriam financiados pelo sistema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

Então, aquele sistema anterior que durou tanto tempo e satisfaz essa necessidade pública durante tanto tempo retornaria, mas aquele usuário que tem até três salários mínimos continuaria com a sua isenção. Isso se faz extremamente necessário, por quê? Porque do orçado, neste ano, já foram gastos 32 milhões de reais com esse programa, que significam 6,4 milhões de reais por mês. O orçamento para este ano era de 16 milhões de reais; ou seja, já se gastou o dobro do que estava planejado. Então, há uma falha. Precisa haver um ajuste. Com a nova proposta, mais 36 milhões de reais seriam suficientes para continuar o programa até o final do ano. Então, esse é um aspecto de valoração, o aspecto econômico do projeto, uma limitação para que o Estado possa manter esse programa e quem realmente precisa possa usufruir desse programa, possa continuar isento. E aqueles que têm maior poder aquisitivo contribuem com uma pequena parcela do valor da tarifa, que é 1/3. Esse é o ponto polêmico do programa, pelo que estou vendo neste debate.

Sobre os outros dois pontos, não há controvérsia. Os pontos são: maior controle e uma melhor forma de execução das despesas. Todos concordam que há de haver mais controle porque estamos tratando de recursos públicos, estamos tratando de interesses e necessidades públicos. E algumas medidas que podem ser discutidas, implementadas para dar mais controle seria a divulgação, na *Internet*, de dados, dados sintéticos e analíticos sobre toda a despesa; demonstrativo de fácil entendimento, ou seja, qualquer usuário que acessasse essas informações pudesse compreendê-las bem. Poderia ser criada até uma comissão mista do Poder Executivo, do Legislativo e de entidades dos estudantes para acompanhar essa prestação de contas. Quanto mais transparência, melhor. Quem sabe, buscando maior eficiência nesses gastos, não possamos, inclusive, aumentar esses limites e alcançar maior parcela da população.

Sobre a execução da despesa também, há um item no projeto que inverte a ordem das coisas. Por quê? O natural é haver a execução da despesa e depois o seu pagamento. Nesse sistema, por razões óbvias – há motivo para isso, mas nesse momento não é possível sustentar dessa forma –, primeiro passa-se o recurso e depois se executa a despesa. Então, isso inverte a ordem natural das coisas. Há consciência nesse ponto.

Então, são por essas razões que o Executivo enfrentou o problema, encaminhou esse projeto à Câmara Legislativa, abriu essa agenda política e está junto com o Legislativo, com as entidades de estudantes e com os estudantes para resolver isso o mais rápido possível. Os recursos não podem continuar faltando. Eles são escassos. Toda vez que aplicamos recurso nesse programa, nós o estamos tirando de alguma outra política pública, seja de obra, seja da própria educação, seja da segurança. Então, isso não pode acontecer. O Estado está à disposição para o diálogo, querendo sentar com os estudantes, sim, querendo sentar com esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

para achar um ponto de equilíbrio que atenda o interesse público e que atenda os estudantes.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Neste momento, concedo a palavra ao **Diretor da União Nacional dos estudantes, Tiago Dias Cardoso**.

SR. TIAGO DIAS CARDOSO – Boa-tarde a todas e a todos. Primeiro, antes de qualquer coisa, eu queria fazer uma grande saudação a todos os estudantes que estão aqui presentes e que participaram de muitas mobilizações, muitas lutas durante esta semana. A gente acabou de fazer, a UNE e a UBES, uma grande passeata pela aprovação dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação, para poder construir essa educação que atenda a todos.

Sobre essa questão do projeto sobre o programa Passe Livre, primeiro temos que relembrar a luta que foi para conseguirmos este nosso direito, que é o passe livre. Nós lutamos muito, fizemos muitas mobilizações, conseguimos ocupar várias vezes a Rodoviária, fizemos várias passeatas no Buritinga, várias passeatas no Buriti para podermos conseguir este nosso direito, que é o do passe livre. Nós travamos todas essas lutas por entendermos que educação vai muito além da sala de aula, que a educação se constrói inclusive no convívio e no desfrute da sociedade como um todo. Ou seja, para construir uma educação de fato, uma educação que nós queremos, ou seja, para se formar enquanto cidadão, nós precisamos ter acesso a teatro, acesso a cinema, a lazer. Nós precisamos ter muita cultura, e é por isso que nós defendemos o passe livre irrestrito, para que o estudante possa ir à escola, mas no final de semana possa ir ao teatro, possa assistir a um jogo de futebol, a um espetáculo cultural, porque tudo isso faz parte da educação.

A União Nacional dos Estudantes também tem o entendimento de que esse direito que nós conquistamos não deve ser tirado. É como a gente sempre diz: “Direito não se tira, direito se amplia”. O projeto do Governador que foi enviado para a Câmara dos Deputados é uma forma de restrição dos direitos que já havíamos conquistado. Em nossa opinião, só se deve mexer nesse projeto se for para ampliá-lo. Nós não queremos retrocesso. Nós queremos, sim, ampliação. Nós não concordamos de forma nenhuma com esse projeto que o Governador mandou, porque nós queremos, sim, que o Passe Livre seja para todo mundo. De forma alguma nós queremos retrocesso. Direito não se tira, direito se amplia, e o Passe Livre é um direito que conquistamos e que queremos ampliar ainda mais.

Nós entendemos essa questão da necessidade de democratizar mais o sistema de distribuição dos passes estudantis. Sabemos hoje que a empresa responsável por distribuir o passe estudantil é uma sociedade dos donos das maiores empresas de transporte coletivo do Distrito Federal. Isso é um grande absurdo. Ou seja, as pessoas estão ganhando duas vezes, tanto na compra da passagem como na terceirização do serviço de distribuição do passe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Nós precisamos, antes de qualquer coisa, discutir a questão da democratização do sistema de distribuição do passe para que possamos construir de fato, como falamos, essa sociedade mais livre, mais justa, mais igualitária. Tudo isso se constrói através de uma educação de qualidade. O programa Passe Livre é uma garantia dessa educação. Nós estávamos discutindo ontem, durante todas as manifestações que fizemos, que tirar o Passe Livre – esse projeto que o Governador está mandando agora – vai causar grande evasão escolar. Muita gente não consegue ir à escola se não for através do Passe Livre; ou seja, muita gente vai deixar a escola. Vai haver uma grande evasão escolar porque o pessoal não vai conseguir ir para a escola se tiver de pagar do próprio bolso. É como o pessoal estava cantando a palavra de ordem ali fora: “Não é mole, não. Tirar da boca para pagar o busão”. Ou seja, a galera tem que tirar da alimentação; às vezes, não consegue comprar o lanche, não consegue comprar almoço para poder pagar a passagem para ir à escola. Então, esse direito tem que ser ampliado, tem que ser para universitário, tem que ser para secundarista, tem que ser para a galera que faz cursinho pré-vestibular. Esse direito deve ser ampliado, sim. Nós viemos aqui para dizer isso. Direito não se tira, direito se amplia. Nós queremos um Passe Livre de verdade; queremos um Passe Livre irrestrito para podermos desfrutar de todos os benefícios que a cidade pode oferecer, e assim construir a educação que nós queremos. Educação de verdade se faz com cultura, com lazer, com prática de esporte. Educação se faz no desfrute de todos os benefícios que a cidade pode oferecer, não apenas indo para a sala de aula. Então, o que queremos mostrar aqui é que somos contra esse projeto de lei que restringe o Passe Livre para quem tem até três salários mínimos familiares. Nós não queremos retrocesso, nós queremos avanço. Então, é nesse sentido que somos contra esse projeto.

Também queremos manifestar a nossa opinião favorável à democratização do sistema de distribuição do passe. O tempo é curto, acho que tínhamos até muito mais coisas para falar, mas vamos deixar fluir mais o debate.

Era isso. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal, Dr. Gualter Tavares Neto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que o Dr. Gualter vai falar, eu queria que ele nos explicasse essa questão dos 4% que hoje são cobrados. Eu gostaria de saber se o DFTRANS está recebendo esse dinheiro. O segundo ponto também é se o senhor acha que, se votarmos o crédito de 6 milhões na segunda-feira ou na terça-feira, antes da votação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

da lei, pode nos garantir que esse dinheiro efetivamente pagará o passe livre dos estudantes e não terá outra destinação que não seja o objeto dessa nossa discussão.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse nos balizar com relação a essas duas questões: a primeira com relação aos 4%, qual tem sido a destinação desses 4%, e a outra se o senhor pode dar garantias de que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e o próprio Plenário desta Casa possam votar o crédito de 6 milhões na certeza de que eles chegarão ao seu destino proposto.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Boa-tarde aos Srs. Parlamentares membros da Mesa, à Deputada Eliana Pedrosa, ao Deputado Milton Barbosa, ao Deputado Raimundo Ribeiro, aos demais Parlamentares presentes nessa audiência e às demais autoridades presentes.

Deputada Eliana Pedrosa, eu queria inverter a ordem das perguntas, posso?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Pode.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Eu queria começar pela segunda pergunta, e acho que tenho uma resposta até muito boa e positiva. Eu garanto que isto vai acontecer: os recursos vão ser entregues aos estudantes e serão destinados a eles. No dia 14 de maio, o Governador fez publicar um decreto que contém algumas regras de regulamentação da lei, e está bem claro que a aquisição do passe será feita com base no uso anterior, mas o pagamento só será efetuado trinta dias após a efetiva utilização e comprovação da despesa.

Então, a partir de segunda-feira, dia 17, os repasses só serão feitos *a posteriori*, inclusive seguindo um princípio da Lei nº 4.320, de execução orçamentária e financeira, que diz que só se pagam contratos públicos, despesas ou investimento público após a comprovação da despesa. Então, essa resposta, como Secretário, eu lhe garanto que vamos fazer.

(Assume a Presidência a Deputada Eliana Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, Sr. Secretário, se eu entendi corretamente o que o senhor disse, a regulamentação baixada pelo Governador Rogério Rosso, em 14 de maio, estabelece que o pagamento só se dará após a efetiva realização e verificação de que os trajetos foram cumpridos, trajetos de estudantes.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Cadastros verificados e os trajetos cumpridos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu perguntaria ao Secretário de Fazenda: essa aprovação do crédito está mais ligada ao Orçamento, à abertura do Orçamento, ou realmente não há essa pressa toda em votar, porque teremos trinta dias à frente?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA – Não. É interessante porque, na sistemática, hoje, esses 6 milhões fazem falta para carregar os cartões que precisam ser carregados. Se esse crédito não for aprovado, vai faltar crédito nos cartões dos estudantes e eles não poderão usar o passe.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Sim, mas o Governo não pagará só daqui a trinta dias?

SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA – Mas enquanto não for aprovado. Se invertido...

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – O som está desligado.

SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA – Se aprovadas as alterações encaminhadas, aí já se aplica a nova sistemática.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, o decreto do Governador não vale?

SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA – Vale. Já está operando. Sobre a operacionalização, o DFTRANS pode explicar como está funcionando. Mas, pelo decreto, já há inversão. Você primeiro executa para depois repassar. Estamos em uma transição.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, eu gostaria de um esclarecimento, porque faremos um esforço. Com a garantia que o senhor deu de que efetivamente esse crédito vai chegar para o Passe Livre, tiraríamos um encaminhamento até de uma reunião extraordinária amanhã da CEOF. Agora, se o pagamento só se dará daqui a trinta dias, não precisamos fazer essa reunião extraordinária amanhã. Podemos deixar para votar na terça-feira, em uma reunião normal da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu gostaria de entender, porque não está muito claro. Vale o que está na lei? O decreto vale?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu vou concluir com um entendimento médio de um advogado: o decreto não vale. Absolutamente. Pelo que foi dito aqui, o decreto e nada é nada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – O Dr. Marco Antônio, Diretor do DFTRANS, quer prestar um esclarecimento. Eu acho o seguinte: mais do que apresentarmos o nosso protesto, nossa vontade com relação ao projeto do Passe Livre, precisamos sair daqui com uma clareza do seu funcionamento e de quais são nossas responsabilidades neste momento.

Concedo a palavra ao Sr. Marco Antônio Nunes de Oliveira, Diretor-Geral do DFTRANS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

SR. MARCO ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA – Boa-tarde, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes. Hoje funciona da seguinte forma. A Lei nº 4.462, no art. 2º, parágrafo primeiro, estabelece que o Poder Executivo adquirirá antecipadamente, no mês anterior àquele em que os passes serão usados, os créditos. Então, o que acontece? Realmente, o que o Secretário de Fazenda acabou de falar é verdade. Só temos conseguido carregar os cartões com o pagamento antecipado. Assim que eu assumi o DFTRANS, há cerca de um mês e pouco, tentamos inverter esse processo para se adequar à Lei Orçamentária. Notificamos a empresa Fácil de que somente pagaríamos após o serviço, mas, infelizmente, eles paralisaram o sistema. Então, nós fomos ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Corregedoria, à Ouvidoria, pedimos ajuda a todos esses setores para que nos ajudassem a inverter essa metodologia, para que pagássemos depois da efetiva utilização. No dia 6 de maio, o Tribunal de Contas proferiu a Decisão nº 1.736, determinando que a Fácil fizesse isso, que o DFTRANS só pagasse após a efetiva utilização e que a Fácil não paralisasse o sistema. Mas, infelizmente, foi paralisado o sistema. Inclusive, o Tribunal de Contas, uma semana após, voltou atrás na decisão. Não tivemos êxito. E agora o Governador também publicou esse decreto, mas o nosso entendimento corrobora o do Deputado Milton Barbosa. Infelizmente, um decreto não vai poder mudar a lei, na hierarquia das leis a lei está um pouco acima. Então, no *status quo*, na atual situação da legislação, nós precisamos do dinheiro antecipado para não deixar faltar o carregamento dos estudantes.

Eram essas as observações.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Em face desses esclarecimentos e da garantia do Secretário de Transportes de que realmente os 6 milhões vão chegar aos estudantes, vou fazer uma proposta com que, tenho certeza, todos os membros da CEOF concordarão: fazermos uma votação extraordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e que possamos votar esse projeto de lei o mais rápido possível. Porque antes de se gastar esses 6 milhões, vamos ver se conseguimos alterar a lei pelo menos no tocante ao pagamento *a posteriori* e não antecipadamente.

SR. MARCO ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA – Nós estamos, Deputada, com 2 auditorias no sistema Fácil hoje. Uma do próprio DFTRANS. Assim que chegamos ao órgão, ficamos bastante preocupados com a situação. Nesse período identificamos 7 mil irregularidades. Já determinamos que fossem canceladas.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Sete mil?

SR. MARCO ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA – Sete mil irregularidades determinamos que fossem canceladas. Não vai atingir o direito dos estudantes, mas, sim, daqueles que tentam burlar o sistema. Então, não são estudantes, com certeza, são fraudadores do sistema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

Estamos hoje com uma equipe averiguando cadastro por cadastro para que o dinheiro seja efetivamente utilizado com o sistema. Além disso, desde ontem a Corregedoria está na Fácil fazendo auditoria de todo o sistema.

Então, estamos fazendo todo o esforço para garantir que os recursos sejam destinados exclusivamente aos estudantes.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou ouvindo a palavra do Diretor do DFTRANS e me ocorre dizer de uma forma bem dura, mas muito crua mesmo: isso é uma anarquia a que o Estado está submetido nesse processo! Não sei quem o concebeu, quem firmou esses convênios, de que forma, que certame houve, mas, se fora eu o Governador, eu encontraria uma forma de decretar uma intervenção nesse sistema. Enquanto não se consertasse, enquanto não houvesse uma nova licitação, e fosse permitido pela lei, eu o faria.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Dando continuidade, o Dr. Gualter Tavares Neto, Secretário de Transportes, continuará sua exposição.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Deputada Eliana Pedrosa, a primeira parte da sua questão vou transferir ao Cel. Nunes do DFTRANS, em função de que compete ao Fundo de Transporte, de que ele é gestor, administrar a retenção desses recursos. Então, após a minha fala ele daria essa explicação.

Também vou pedir a ele que apresente à Casa um relato do andamento da licitação que está sendo empreendida para o sistema de bilhetagem automática que compreende o sistema Fácil. Já há um decreto regulamentando, há um prazo para ser cumprido e essa licitação deve estar praticamente na rua em 30 dias, é o que imaginamos. O Diretor da DFTRANS vai explicar isso com mais detalhes a seguir.

Gostaríamos de colocar que o Governo não é contra o Passe Livre. O Passe Livre é, na opinião do Governo, um investimento na educação. É muito mais uma política de benefício social e da educação do que efetivamente um gasto. Não é gasto. Agora, é gasto do ponto de vista da linguagem orçamentária. Então, fica claro que não se pretendeu colocar com essa conotação.

O projeto que está aqui na Casa também contempla algumas outras medidas importantes. A lei que está hoje em vigor fala de Passe Livre e fala de 54 viagens. O sistema, hoje, vem entendendo que a viagem é na verdade um trecho, e há muitos estudantes que, às vezes, precisam se deslocar da sua casa até a escola utilizando dois modais de transporte: o metrô e o modo rodoviário, o ônibus. Então, os órgãos de controle têm entendido que, quando o cadastro é feito no metrô e no ônibus, no DFTRANS, na Fácil, isso implica uma irregularidade e, às vezes, em alguns casos, não é. Se o objetivo é fazer com que o estudante chegue até a escola e ele precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

utilizar dois tipos de transporte... O sujeito que mora em Taguatinga ou em Águas Claras e quer ir para uma escola na Asa Norte ou para a Universidade de Brasília, ele vai de metrô até a rodoviária e, em seguida, vai de ônibus até o seu destino final. Então, a lei também pretende corrigir esse mal-entendido e permitir que haja possibilidade de o estudante receber o benefício nos dois trechos de deslocamento. Essa é outra importante medida.

A principal medida está no controle do cadastro e da gestão dos recursos públicos, como melhor explicou aqui o Secretário de Fazenda. Pretendemos garantir que o pagamento seja feito sempre após a prestação de serviço. Essa, inclusive, é uma exigência da Lei de Execução Orçamentária e Financeira que o Distrito Federal recebe em função de não ter uma lei própria. Portanto, ele segue a Lei Federal nº 4.320.

Outra questão é que a proposta que está aqui, na verdade, também visa atender aquele estudante que efetivamente precisa do benefício, em que mesmo aquele um terço que antes era pago com o desconto ainda é um obstáculo para que ele chegue à escola. Como foi identificada uma questão de falta de recurso para esse importante programa, pretendeu-se criar esse limitador apenas como um controle. Aqueles que não se enquadrarem nesse dispositivo continuariam fazendo parte do modelo anterior, que é o desconto de dois terços.

Dentro dessa linha, e é claro que, se a Casa entender que o limite de três salários não está adequado, que pode ser revisto, o Poder Executivo, o Governo está disposto a discutir e aperfeiçoar as propostas. Aqui eu ouvi algumas sugestões do tipo: "Olha, a forma de distribuição é complicada, é feita só no cadastro da Fácil". Podemos até estudar meios de fazer uma distribuição mais ampla. É claro que talvez isso demore algum tempo. Pode ser feito no Na Hora? Pode. O cadastro pode ser da Secretaria de Educação? Pode. Pode ser distribuído na rede escolar? Podemos estudar isso também. Quer dizer, o Governo está aberto a debater, mas precisa dividir essa responsabilidade porque, efetivamente, o que temos hoje no exercício fiscal é uma contingência de recurso. Essa é a discussão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu gostaria de chamar à Mesa o Deputado Rôney Nemer.

Eu queria encaminhar duas questões a respeito da sua fala, Sr. Gualter. Se o cartão fosse efetivamente do estudante, não haveria esse problema, porque o trecho seria dele, seria do metrô, não precisaria disso. Não?

SR. GUALTER TAVARES NETO – Infelizmente não, porque ainda não está integrado. A integração vai permitir isso, mas está em fase de implantação e, é claro, precisa de um pouco de tempo. São tecnologias que estamos integrando e implica dois controles em empresas distintas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – O senhor mencionou que está em curso um processo para a licitação da operação dos cartões, a gestão da Fácil, da SBA. E a licitação das linhas? Há muito tempo não há uma licitação de linhas de ônibus. Nós gostaríamos de saber, porque também aqui no Distrito Federal nós estamos fora da legalidade com relação às linhas de ônibus.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Não estamos, Deputada. Na verdade, desde 2006, não houve nenhuma concessão sem licitação. Já conduzimos várias licitações e estamos agora com uma que vai atender um importante eixo de transporte, que é a linha verde. Estão sendo licitados 300 ônibus, equipamentos modernos, com portas dos dois lados, ar condicionado, piso baixo e uma linha de transporte exclusiva, ou seja...

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, o senhor está me dizendo que todas as linhas atuais estão licitadas, com as concessões em dia e com as empresas habilitadas a terem a concessão pública?

SR. GUALTER TAVARES NETO – Não. Nós estamos regularizando porque, na verdade, nós não podemos fazer uma licitação para todas, para 100% da frota, uma vez que está havendo uma mudança muito grande em todo o sistema, na filosofia de transporte do Distrito Federal. O primeiro passo está sendo dado com a linha verde, que é essa obra de Taguatinga, que está causando um transtorno para a nossa comunidade, mas assim que estiver pronta, será uma obra modelo na cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu não estou entendendo. Eu estou falando da linha dos ônibus.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Estou falando do trajeto dos ônibus. Eu não estou falando da linha de obra.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Exatamente, Deputada. A obra prevê um novo conceito de transporte público no seu conteúdo. No meio da pista, tem uma faixa de rolamento exclusiva para ônibus, com baias exclusivas, com linhas exclusivas e com equipamento rodante moderno e completamente diferente do que estamos vendo hoje. E a licitação já está (inaudível).

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Mas isso abrangerá todo o Distrito Federal?

SR. GUALTER TAVARES NETO – São vários eixos de transporte. O Eixo Norte, o Eixo Sul, o Eixo Oeste...

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Mas as obras nem começaram ainda!?

SR. GUALTER TAVARES NETO – As obras estão todas dentro do programa do transporte urbano e depende...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – As obras do Eixo Norte já começaram?

SR. GUALTER TAVARES NETO – Não. Do Eixo Norte não, mas temos de fazê-las aos poucos. Deputada, o orçamento será aprovado aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Secretário, desculpe, mas eu divirjo de V.Exa., porque considero que isso não é motivo para ficarmos na ilegalidade.

SR. GUALTER TAVARES NETO – Na verdade, não estamos na ilegalidade. Nós estamos buscando uma regularização e a realidade do transporte público é igual aqui e no Brasil inteiro.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho que é muito importante discutir esse assunto e exigir satisfações das autoridades envolvidas, mas hoje deveríamos resolver, definitivamente, o problema do Passe Livre para que todos pudessemos ir embora com a consciência tranquila. Solicito que este assunto seja discutido posteriormente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Deputado Raad Massouh, V.Exa. tem toda a razão, mas garantir aos estudantes as linhas corretas das suas casas para a escola ou para realizar qualquer outro trajeto, com pontualidade e outros itens, também faz parte dessa discussão.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Felipe Andrade, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

SR. FELIPE ANDRADE – Eu gostaria de saudar todos os componentes da Mesa, a juventude, o pessoal do CEMEB – Centro de Ensino Médio Elefante Branco, o pessoal da Escola 310 de Planaltina. O pessoal está desde as oito horas da manhã na rua, em uma passeata, que conseguiu juntar mais de três mil estudantes pelo Pré-sal para a educação e também pelo Passe Livre estudantil.

Eu só queria fazer um comentário sobre o que o Thiago falou a respeito do Passe Livre estudantil e sobre o que está sendo debatido na Mesa, porque isso é extremamente importante. Nós, ontem à tarde, realizamos uma grande passeata com o pessoal do Elefante Branco. Havia um menino que é do Movimento Estudantil também, o André, que mora em Planaltina e estuda na Escola Técnica em Taguatinga. Ele gasta, por mês, trezentos e sessenta reais de passagem para sair de Planaltina às 4 horas da manhã e chegar à ETB a tempo de estudar. E ele não trabalha. Eu acho que isso tem de ser, de fato, esclarecido. As linhas de transporte têm de ter seus horários cumpridos. Não deve haver nenhum tipo de burocracia para conceder o Passe Livre estudantil. Ele deve ser extenso, aberto, não tem de ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

concedido apenas para que o estudante vá para a escola e volte para casa, porque a formação de qualquer cidadão não inclui só a sala de aula. Se for assim, torna-se algo monótono. O estudante de escola pública tem de ter acesso a teatro, a jogos de futebol, a cinema, enfim, ele tem de se divertir. Isso faz parte da formação do cidadão. Eu queria também deixar bem claro que existe um Passe Livre estudantil não burocrático e sem restrições em algumas capitais do Centro-Oeste. Existe na capital do Mato Grosso do Sul, na capital do Acre, em Rio Branco. É uma bandeira de luta que a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas ergueu há mais de dez anos. Todos os anos fazemos mobilizações enormes nas principais capitais do Brasil. Em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e aqui em Brasília. Eu só queria deixar isso bem claro.

Eu queria dizer que o movimento estudantil não vai se calar e nós deveríamos, o mais rápido possível, votar essa lei porque o estudante e o pai do estudante estão passando por uma situação constrangedora todo santo dia, pois tem de chegar às 3h, às 4h da manhã na Fácil. Às vezes, tem de faltar à aula, faltar ao trabalho para fazer a recarga do cartão. Isso é uma falta de respeito com todos os estudantes.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde a todos.

Sra. Presidente, eu gostaria de dividir o meu tempo com o Kaká, do UniCEUB.

Eu quero dizer que qualquer decisão que for tomada por nós nesta Casa não deve prejudicar os alunos. O único que não deve pagar é o estudante. Se alguém errou, não foi o estudante. Podem ter sido os empresários, pode ter sido o Governo. O importante é resolver a situação. O que não pode continuar são as filas, a espera dos pais, a falta de dinheiro para que os alunos recarreguem seus cartões e possam ir à escola. Vários estudantes não estão conseguindo estudar. Não podemos deixar a corda estourar do lado mais fraco, muito pelo contrário, temos de resolver o problema. Esta Casa tem de mostrar cuidado com o dinheiro público, mas tem também de agir com celeridade. A solução não pode demorar muito. No máximo, até o início da semana que vem, temos de votar esse crédito para que os estudantes possam recarregar o seu cartão.

Repito que, se houve essa confusão toda, a culpa não é dos estudantes, porque, em momento nenhum, participaram desse processo ativamente. Se houve equívocos, se houve excessos, não foi por parte dos estudantes; eles, sim, estão cumprindo seu papel de buscar seus direitos e reivindicar. Eu mesmo fiz uma emenda que libera a linha, porque é muito ruim você estar numa parada de ônibus e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

seu cartão só valer para determinada linha de ônibus. Eu acho que o estudante tem de ter a liberdade também para escolher a empresa do sistema que o atende melhor, e não ser obrigado a pegar só uma linha.

Neste momento, divido o meu tempo com o Kaká, do UniCEUB. Digo ainda: podem contar com o meu apoio. Estou do lado dos estudantes, do lado da futura geração, porque para ter um futuro precisa ter um presente bom, e o presente bom é o acesso à escola, o acesso livre aos ônibus do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Kaká Guimarães.

SR. KAKÁ GUIMARÃES – Boa-tarde. Deputada, estou aqui representando os estudantes do UniCEUB, das faculdades particulares. Eu acho que o Governo não levou em consideração as necessidades dos estudantes das faculdades particulares. A gente paga mensalidades de mil, mil e quinhentos reais; quer dizer, existe um ônus que vai ficar, porque várias pessoas não estão conseguindo recarregar o cartão e, com isso, podem perder o semestre letivo e o prejuízo é muito maior.

Estão aqui os interessados, o Sindicato dos Transportes, os Deputados, e eu tenho aqui uma proposta. Vim aqui só para isso. É o seguinte: caso não sejam liberados os 6 milhões de reais e para que a gente não perca este mês, Sra. Presidente, proponho que usemos a nossa carteirinha, a nossa identidade estudantil para termos acesso ao transporte, a todas as linhas de ônibus até que o sistema volte ao normal. Essa é a proposta que deixo aqui registrada, a fim de que os estudantes não sejam lesados no seu direito de ir e vir; que a gente possa andar de ônibus gratuitamente, seja qual for a linha, até que se consiga resolver o problema. Afinal, os senhores estão aqui para isso: resolver os problemas da população. A gente pede pressa!

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu só gostaria de dizer ao Kaká que foi justamente essa a proposta que nós fizemos do Passe Livre e do cartão ser exclusivamente estudantil, porque aí acaba esse problema. O estudante pode ir para qualquer lugar e não vai ser confundido com outro usuário e o sistema deixa de ser um saco sem fundo.

Concedo a palavra ao representante do movimento do Passe Livre, Sr. Paulo Henrique da Silva Santarém, Paíque. (Palmas.)

SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Inicialmente, informo que o Movimento Passe Livre fez um vídeo de 5 minutos sobre a trajetória do Passe Livre. Trouxemos para cá, mas, por uma questão de tempo, não pôde ser exibido. Estamos disponibilizando-o a toda a imprensa e distribuindo-o também a todos os Parlamentares e às entidades aqui presentes para que nossa opinião possa ser expressa também nesse formato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

Iniciando o meu debate, a última vez em que estive nesta sala foi em dezembro do ano passado, quando o Movimento Passe Livre, junto a diversas entidades, a diversos grupos, no então constituído Movimento Fora Arruda e Toda a Máfia, ocupou esta sala, ocupou a Câmara Legislativa para que esta Casa pudesse servir aos interesses do povo. Esta Casa foi pivô de um escândalo do Distrito Federal, de um escândalo da história desta cidade, um escândalo sem precedentes. Chamo, então, à responsabilidade todos os Deputados aqui presentes, toda a população aqui presente também: caso esta Casa vote novamente em contrariedade aos estudantes, em contrariedade à população do DF, novamente ela será pivô de mais uma rebelião no DF. Esta é a responsabilidade que está nas mãos desta Casa ao votar pela restrição do passe livre estudantil: constituir uma nova rebelião no DF. Mobilizações já se iniciaram ontem, espontaneamente ou marcadas de última hora, já em Taguatinga e no Plano Piloto, e isso não deve diminuir. Primeiro, esse recado.

A segunda questão é que, mesmo sabendo que alguns Deputados aqui apresentaram a proposta do Passe Livre há alguns anos, o protagonista dessa proposta e protagonista dessa luta no DF foram os movimentos sociais, o Movimento Estudantil, o Movimento Passe Livre e uma série de outros movimentos, que apresentaram essa pauta quando todas as instituições acharam que era uma pauta de lunáticos, uma pauta de malucos, uma pauta de irresponsáveis. Agora vemos, como bem documentado, quem são os verdadeiros irresponsáveis aqui nesta cidade.

Antes de começar a falar especificamente do Passe Livre, eu não poderia deixar de fazer uma saudação em solidariedade a todas as pessoas — tanto os funcionários desta Casa, como pessoas da população do Distrito Federal — que estão sendo processadas por participarem de movimentos sociais aqui no DF. A criminalização de movimentos sociais não pode ocorrer, e o espaço desta tribuna tem que ser utilizado para fazer a defesa dessas pessoas.

Voltando à questão do Passe Livre, este foi conquistado pelos estudantes nas ruas, mas foi implementado pelo Governo do Distrito Federal em uma gestão notadamente corrupta e de uma forma um pouco curiosa, que foi dar a uma empresa privada a gestão de um serviço público, que é o serviço do passe livre. Um serviço público gerido por uma empresa privada obviamente vai servir aos interesses dessa empresa e não servir aos interesses do público que tem que ser atendido pela proposta. Então, esse é um erro crasso, que tem que ser contornado o quanto antes.

Foi ampliada a burocracia para a garantia do Passe Livre, o que dificultou o acesso dos estudantes à política. O investimento da população feito pelo Governo na política do Passe Livre não foi efetivado da forma correta, e isso faz que os estudantes não tenham acesso ao serviço. Isso é algo que está acontecendo na Educação, na Saúde e no Transporte. A Saúde no DF está precarizada, e há muitas pessoas com dificuldade para ter acesso a esse serviço público por conta da ineficiência e corrupção do Governo. A Educação também está com problemas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

graves por conta da ineficiência e corrupção do Governo do Distrito Federal. O Transporte está seguindo a mesma linha. Esta é a crise em que nos encontramos.

Passando à questão do controle público, eu queria dizer que acho leviano da parte do Sr. Secretário da Fazenda falar que o Governo poderia ter apresentado ou poderia apresentar a planilha do gasto do passe livre ou que poderia criar um comitê de execução de acompanhamento do Passe Livre. Isso é leviano porque o Governo tem obrigação de executar e de construir esse comitê porque isso está aprovado em lei. O Governo não tem a opção de executar ou não a lei! Há dois artigos na lei que não estão sendo cumpridos, e o Governo tem obrigação de, antes de propor qualquer alteração na lei, executá-los. E esses espaços, que seriam o do relatório e o do comitê, são os únicos espaços de controle público, pequenos, que nós temos da lei. Sem eles terem sido implementados, qualquer alteração no público da lei é também leviana, porque não leva em conta qualquer tipo de análise. Uma atuação na gestão da política, essa sim pode ser discutida, pois isso não diz respeito ao público dela.

Sobre uma questão também apresentada pelo Governo, a proposta de restrição e de regulação da lei, com relação à restrição, o Governo afirma que quer dar o Passe Livre para quem precisa. E quem precisa, hoje, do Passe Livre? Não precisam do Passe Livre, hoje, os empresários; não precisam do Passe Livre, hoje, os parlamentares; não precisa do passe livre, hoje, o Governo. Quem precisa do passe livre, hoje, são as 120 mil famílias cujos filhos, cujos estudantes estão tendo acesso a essa política. Essas são as pessoas que precisam, as 120 mil ou 150 mil famílias, conforme divulgado pelo Governo. Quem precisa do passe livre são os estudantes em sua totalidade, e não uma pequena parte, e não cabe ao Governo determinar quem precisa e quem não precisa dessa política. Se o movimento estudantil como um todo apresenta que todos os estudantes precisam da política do passe livre, não é da voz do Governo que vai sair a determinação de quem necessita ou quem não necessita. Temos todas as entidades do movimento estudantil afirmando que todos os estudantes precisam do passe livre, então por que o Governo vai contrariar todas as representações estudantis, dizendo quem precisa e quem não precisa? Como o Governo criou esse critério de que só estudantes cujas famílias ganham até três salários mínimos podem ter acesso à política? Isso é uma mentira, isso é uma falácia, isso é leviano também, porque não é baseado em nenhum estudo, em nenhum cálculo. É um "achismo" do Governo apresentar esse critério de corte.

No que diz respeito aos gastos, o Governo diz que está tendo gastos excessivos. E aí a minha questão é a seguinte: talvez para um Estado que não tem o costume de investir na população, de investir nos serviços essenciais, um amplo gasto em um serviço essencial, que é o transporte, seja visto com surpresa, seja visto como um gasto excessivo. Mas é com isso que o Estado tem que se acostumar: tem que se acostumar a investir todos os seus recursos na população, e não na corrupção. É isso que o Estado tem que fazer. Então não existem muitos recursos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

para o Transporte, não existe excesso de recurso para Educação e não existe excesso de recurso para a Saúde. Esses são serviços essenciais, isso é estratégico para a população. Não há por que restringir isso. Se “a” gasta mais, é por conta da corrupção, de um erro de gestão. Este foi o erro: colocar a gestão de serviço público em uma empresa privada, que é a Fácil, uma empresa cujos proprietários são proprietários das empresas de transporte.

E aí já vem aqui uma proposta também de que o Governo estude auditorias para punir essas empresas de transporte que estão fazendo mau uso do serviço. Elas são donas da Fácil, são donas de uma empresa de transporte, e aqui, na presença do Sr. Wagner Canhedo, digo: se o senhor está se utilizando da propriedade da Fácil e da propriedade da sua empresa para favorecer a empresa, o senhor não está fazendo nenhum crime? O senhor não tem que ser penalizado enquanto empresário de transporte também, por estar recebendo verba ilegal? Essa é a questão que eu tenho a colocar.

E nós temos, então, que abrir a discussão sobre quem são as empresas de transporte no DF, qual é o poder que elas têm e como elas mandam no transporte do DF. Essa é uma questão que fica a ser colocada. Temos que discutir, sim, CPI do Transporte e reestruturar esse sistema para que a gestão seja pública.

Também gostaria perguntar à Casa por que foram chamados aqui só o Secretário da Fazenda — queriam chamar o do Planejamento — e o do Transporte, e não foi chamado o Secretário da Educação. Essa é uma medida educacional; por que o Secretário da Educação não está aqui discutindo o benefício do passe livre para os estudantes do DF? Cadê a opinião do Secretário de Educação sobre o passe livre, ora? Só temos a opinião do econômico? E do político e do social? Eu quero saber sobre isso!

Para finalizar — teríamos muito mais a falar, a população pode falar pouco neste espaço —, nós temos algumas propostas bem claras no que diz respeito a como esse direito tem que ser ampliado e garantido. Bem, nós temos, sim, que ter uma gestão pública dessa política pública, assim como de todas as outras. A gestão ser privada, ser da Fácil, não se sustenta.

Segundo, nós temos que ampliar esse direito, porque há estudantes do Entorno que estudam no DF, que não têm direito à política e também fazem parte aqui da grande região. Temos que pensar nos seres humanos antes de pensar nas instituições.

Temos que, sim, fazer auditorias, abrir CPI e fazer a punição das empresas ou de quem esteja cometendo qualquer tipo de irregularidade. Não é só acabar com a licitação. O dinheiro gasto ilegalmente tem que ser devolvido ao Estado. As empresas têm que ser multadas, e muito. Temos que ter integração e temos que ter o fim dessa gestão pelas empresas Fácil e o fim da dificuldade de os estudantes não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

só irem para a escola, mas também de irem ao cinema, irem se divertir e desfrutar de todos os espaços de educação que nós temos nesta cidade.

Muito obrigado. Por uma vida sem catracas! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Diretor-Geral do DFTRANS, Marco Antônio Nunes de Oliveira.

SR. MARCO ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA – Bem, primeiramente, eu queria dizer, neste momento, Deputada, que tão logo o Governador Rogério Rosso foi informado da situação do transporte, S.Exa. determinou que, imediatamente, se instaurasse as auditorias correspondentes.

No primeiro momento em que eu estive com S.Exa., assim que ele assumiu o Governo, eu estava muito preocupado. Apresentei uma série de dados e S.Exa. determinou que se fizessem as auditorias imediatamente.

O que é a Fácil? A Fácil é a entidade gestora do sistema de bilhetagem automática. Esse sistema tem vários produtos, um deles é o passe estudantil. É para a Fácil que convergem todos os dados do transporte na área de arrecadação, na área de transporte, os dados sobre as linhas dos ônibus, a quantidade desses ônibus etc.

Quando cheguei ao DFTRANS, eu me deparei com 3 situações que eu não conhecia, até porque eu vim da área de segurança. Um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal dava conta de que havia inúmeras irregularidades no sistema de bilhetagem automática. Não quero fazer aqui pré-julgamento, mas existe essa inspeção feita pelo Tribunal de Contas. Havia também, havia não, existe um parecer da Procuradoria dando conta de que o convênio realizado em momento atrás entre o DFTRANS e a Fácil também era ilegal. E a gente sabe que toda concessão de serviço público se precede mediante licitação.

Então, imediatamente, o primeiro ato que eu fiz no DFTRANS foi notificar as empresas que hoje detêm a gestão do Fácil, informando que nós faríamos uma licitação. E tem de ser uma licitação – eu acho um momento histórico, Deputada –, para que o DF recupere o controle do transporte, porque, em momento nenhum da história, ele o deteve. No meu entendimento, no juízo que eu fiz nesses 2 meses de órgão, em momento nenhum da história do DF algum governo teve esse controle.

Então, nós fizemos uma comissão multidisciplinar, envolvendo Corregedoria, Tribunal de Contas, — eu pedi, mas acho que ainda vai chegar —, DFTRANS, Secretaria de Transportes, CODEPLAN. E até convido alguém aqui da Câmara Legislativa, se a senhora puder apresentá-lo.

Nós estamos formatando um novo modelo de bilhetagem automática, para que qualquer pessoa, tanto dos operadores quanto da população, saiba efetivamente o que está ocorrendo no transporte, para que a gente possa subsidiar o Governador nas políticas de transportes: se ele pode dar aumento, se não pode dar aumento; se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

pode dar aumento aos rodoviários ou não. Isso para que a gente possa dar transparência ao que ocorre no transporte. Então, a primeira medida que tomamos foi essa. E esse grupo de trabalho está em pleno andamento, constituindo esse novo modelo para que a gente tenha segurança no que está recebendo.

Eu nunca falei que nós não recebemos os dados da Fácil. Recebemos, sim, mas, por conta de todo esse passado e dos relatórios que lá encontrei, nós fomos obrigados a implantar um grupo de trabalho e vamos licitar o sistema.

Então, eu espero que, para o futuro, eu possa voltar aqui na Câmara Legislativa e apresentar o resultado desse trabalho, para que os senhores também possam sugerir algo e, aí, termos um controle do que acontece, as coisas fiquem transparentes e termos outro momento para discutir.

Em relação à Fácil, à licitação, era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao representante do Centro de Estudos e Memória da Juventude, Leandro Borja Cerqueira.

SR. LEANDRO BORJA CERQUERIA – Boa-tarde. Eu queria aqui cumprimentar a Deputada e assim cumprimentar a Mesa, os repórteres, os estudantes aqui presentes.

Eu queria dizer que esse debate sobre o Passe Livre, de fato, não tem como ser desvinculado da discussão sobre o nosso sistema de transporte, e eu jamais perderia a oportunidade de estar na presença do Sr. Canhedo, dos demais responsáveis pelo nosso sistema de transporte e apresentar algumas questões que eu acho que são importantes.

A primeira é que o transporte público no Distrito Federal, além de todos os problemas que todos nós já conhecemos, é um transporte ineficiente, um transporte que, hoje, pela conformação do desenvolvimento econômico do DF, prejudica milhares de famílias, na medida em que a economia do Distrito Federal é concentrada no Plano Piloto; portanto, a grande maioria das famílias depende do transporte público para poder exercer sua função na sociedade.

Eu queria dizer que, seguindo esse raciocínio, o nosso transporte público, hoje, é fator de exclusão para várias famílias do Distrito Federal que têm de pagar uma tarifa altíssima. Moram mais longe – muitas vezes, na maioria das vezes –, por sua condição financeira, pagam a maior tarifa e são tratados da pior maneira possível pelo nosso sistema de transporte.

Eu queria dizer mais, queria dizer que nós temos um problema crônico que não se resolve: entra Governo, sai Governo, e esse problema do transporte não é enfrentado, porque, hoje, 3 grandes empresários têm o controle quase absoluto sobre o transporte público de Brasília; e, portanto, também influenciam decisivamente na política de transportes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

A Fácil é a materialização do absurdo maior! Não bastando os anos em que a população sofre com o transporte público precário, não bastando isso, os empresários ganham mais um benefício: o controle sobre a emissão de bilhetes no transporte público! Tudo bem, não é um problema só do Passe Livre, como disse o Secretário, não, são vários serviços. Pior ainda! Emitem o conjunto dos bilhetes, lucrando 2 vezes, lucrando quando ganham o dinheiro com o transporte e lucrando de novo com a terceirização da emissão da bilhetagem.

Eu queria dizer mais, Deputada, queria dizer que, de fato, o absurdo chega ao extremo quando a gente vê aqui o direito ao passe livre ser afrontado com as justificativas mais diversas. Porém, nenhuma ataca o cerne da questão. O problema do passe livre, hoje, é um problema de opção política do governo, é um problema de opção dos governantes, porque foram 140 milhões gastos na terceirização da educação; fortunas gastas em obras aqui em Brasília, muito dinheiro gasto com a terceirização da Fácil e de outras terceirizações, tudo isso culminou no escândalo da Caixa de Pandora! Ou não foram as terceirizações de onde saíram boa parte dos recursos envolvidos naquele escândalo? Portanto, é necessário rediscutir profundamente o processo grave de terceirização que o Distrito Federal viveu no último governo e revertê-lo.

Acho que o passe livre é uma necessidade, porque, como eu disse no início, nossa economia é concentrada no Plano Piloto; portando, os bens culturais também. Quantos cinemas há em Ceilândia? Quantos cinemas há em Samambaia? Quantos teatros há na periferia do Distrito Federal? Esses jovens estão apartados da participação nos espaços da cultura, apartados da participação em eventos esportivos, porque o nosso sistema de transporte é caro: o jovem, para vir ao cinema no Plano Piloto, paga 10 reais só para chegar.

E, para concluir, eu queria dizer o seguinte: olha, existem muitos problemas no Passe Livre que estão sendo levantados aqui, mas a responsabilidade principal é de quem votou a lei e cortou questões decisivas para a implementação dela. Como é que não se constituiu efetivamente o controle social a partir das entidades, como estava previsto no projeto? Eliminou-se isso! Na prática, eliminou-se a responsabilidade financeira das empresas de transportes, que lucram valores absurdos com o transporte público aqui.

Mais ainda, limitaram os trechos, porque foi levantado aqui que, hoje, o Passe Livre não se implementa na prática, porque hoje os trechos não são contemplados. Mas isso estava na proposta. Foi reduzido o número de passagens. A Câmara Legislativa reduziu o número de passagens por estudante. Aliás, nós queríamos muito mais. Não conseguimos conquistar, e a Câmara reduziu ainda mais.

Então, colegas aqui presentes nesse debate, eu queria dizer que o problema do Passe Livre vai ser enfrentado ou avançando mais ou os estudantes vão ocupar as ruas do Distrito Federal e nós vamos manter e ampliar ainda mais esse direito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

Nós temos menos de uma semana da divulgação desse documento. Já foram várias passeatas, e eu queria dizer aqui, com toda sinceridade, aos representantes do Governo que nós não vamos parar enquanto não conseguirmos mais avanço. E nós não vamos aceitar, de forma nenhuma. O Governador vai pagar um preço alto se decidir seguir esse caminho, porque eu tenho certeza de que todos os lutadores que estão aqui, e são vários, não vão vacilar um segundo na garantia desse direito tão importante que foi conquistado para a nossa juventude.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Wagner Canhedo, representante da Empresa Fácil.

SR. WAGNER CANHEDO – Boa-tarde, Deputados, senhores estudantes, senhoras e senhores. Parece que existe uma desinformação generalizada sobre o sistema de transporte aqui.

Esta Casa, quando aprovou a Lei do Passe Livre para o estudante, contra a vontade dos empresários, aprovou uma despesa da ordem de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e meio de reais) por mês. Portanto, aquela conversa de que seria de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de reais), ou não fizeram a conta ou então a Casa já sabia disso. As pessoas já sabiam que eram R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e meio de reais) e queriam continuar falando ainda que eram R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de reais). Portanto, tudo que passa desses famigerados R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de reais) diz-se que é um absurdo. Portanto, foi aprovada aqui nesta Casa uma despesa de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e meio de reais) por mês para atender 150 mil estudantes/mês, e qualquer um que souber fazer conta vai chegar a essa conclusão. Portanto, essa declaração do Governo de que o sistema está gastando mais do que o previsto não é verdade. Nós fomos contra a aprovação do Passe Livre para o estudante, mas hoje entendemos que ele é necessário. O Governo quis assim. A sociedade quis assim, e esta Casa aprovou isso. Portanto, os R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e meio de reais) mensais não foram atingidos ainda. Os estudantes têm que ter consciência de que este valor e o que estão querendo cortar de vocês não foram atingidos. E nem a quantidade prevista ainda. Portanto, é injusto querer cortar uma coisa que nem o previsto foi atingido. Foi dito uma quantidade muito menor e, logo, o que foi aprovado foi totalmente diferente. Portanto, não justifica o Governo querer agora paralisar todo o sistema, a Câmara Legislativa jogar os estudantes contra o empresariado para que se possa aprovar um limitador disso. Não é papel do empresariado defender isso. Mas, é claro que, se o Governo anterior aprovou e esta Câmara aprovou o Passe Livre sem esta limitação, eu quero crer que não é justo agora limitar essa restrição.

Quanto à questão do Fácil. O sistema de transporte no Brasil inteiro... O vale-transporte, a passagem integral, a passagem de estudante, sempre foram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

vendidos aqui em Brasília pelos empresários. No Brasil inteiro, o vale-transporte é vendido pelos empresários. No Brasil inteiro, o passe de estudante é vendido pelos empresários. Portanto, essa declaração de algumas pessoas de que isso é deixar *a raposa tomar conta do galinheiro* é exatamente para quererem aparecer quando a Casa está cheia. No Brasil inteiro, no mundo inteiro se processa dessa forma. Nunca foi diferente.

Quanto à questão de qualidade do transporte, eu quero dizer para vocês que o sistema de transporte aqui é bom e tem as dificuldades que há em todos os outros Estados, haja vista que o Entorno de Brasília quer participar do sistema de transporte aqui e os passageiros do Entorno têm a consciência de que o sistema de transporte de Brasília é melhor, muito melhor do que o do Entorno e muito melhor do que o de qualquer outra cidade que tenha no País. Portanto, o sistema tem as dificuldades.

Quanto à questão da Fácil, é uma associação sem fins lucrativos. A Fácil não cobra nada do Governo. A Fácil simplesmente repassa o que o Governo deposita para os estudantes. Ela não tem fins lucrativos. As despesas dela são cobertas pelo Governo, pela taxa de 4% – que a Deputada quis saber. Nada tem a Fácil como lucratividade. Isso foi feito apenas para viabilizar o sistema em que já era vendido pelas empresas. Portanto, a Fácil não tem fins lucrativos, a Fácil não ganha nada com isso e funciona muito bem dessa forma.

Quanto à questão do cartão, agora o Governo fazer um projeto pelo qual se paga depois de o estudante usar o sistema, mesmo que isso seja aprovado por esta Casa, não é possível ser implementado. O sistema, no mundo inteiro, funciona como — vamos dizer — um sistema de pré-pago, no qual o sujeito compra o vale-transporte, entrega, distribui para seus funcionários, e eles andam no sistema. Esse é o sistema que funciona não só em Brasília, não só na empresa do Wagner Canhedo e nem só na empresa do Constantino. É no Brasil inteiro, em todas as localidades e no mundo inteiro. Fora do Brasil também é dessa forma. O sujeito compra o ingresso e aí paga na roleta para poder andar. Portanto, estão tentando enganar esta Casa dizendo que esse sistema, de pagar depois de utilizar, é possível de ser implementado; mas, mesmo que esta Casa o aprove, ele não tem como ser feito. Isso é exatamente o que todos vocês acham que não se devia fazer, ou seja, dar uma condição para que o Governo possa pagar depois uma coisa que foi usada antes, o que é recriminável por todos, porque aí, sim, as empresas não receberiam, aí, sim, nós não teríamos como exigir que o Governo fizesse esses pagamentos.

E esse é um dos grandes problemas que vêm acontecendo na sociedade, o Governo lança uma obra com um valor estimado de poucos reais e, quando chega ao final, ela custa 10 ou 20 vezes mais o valor inicial daquela obra, porque se mudou no meio do caminho. Se ele tivesse um sistema em que se lançasse para todos nós o valor exato daquela obra e não se modificasse aquilo, com certeza, a sociedade não teria esses problemas de Caixa de Pandora ou caixa disso ou caixa daquilo. Portanto, o sistema de transporte vem fazendo o papel dele. Nós ficamos 4 anos sem um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

reajuste tarifário. O último reajuste tarifário que tivemos aqui foi no dia 1º de janeiro de 2006, e tudo o que foi feito, tudo o que o Governo fez de benefício, tudo o que esta Casa fez de benefício para o sistema de transporte propiciou que ficássemos aqui sem um reajuste tarifário durante 4 anos. Agora não é mais possível continuar assim.

Nós, os empresários, e a Fácil, diariamente, diuturnamente, vimos prestando conta para o nosso Diretor do DFTRANS, para o Secretário de Transportes, vimos prestando conta dia a dia, estudante por estudante, crédito por crédito. Não se pode aqui dizer... E se esta Casa quiser que se traga aqui toda prestação de conta que nós fizemos do dia 8 de fevereiro para cá, a Fácil está disposta a fazer isso. Portanto, quanto a essa alegação de que existe problema no dinheiro dos estudantes, não existe. Aqui está apenas se querendo jogar os estudantes contra a Câmara Legislativa, contra os Parlamentares e contra os empresários, limitando a quantidade de passes e dizendo que isso é em função da falta de controle, isso é em função da falta de organização. A Fácil não tem nenhuma falta de organização. Ela presta conta diariamente. Agora, se não tem crédito... A questão de não ter crédito não depende da Fácil. A Fácil não tem como colocar dinheiro no cartãozinho de qualquer estudante se o dinheiro já não estiver lá. Não existe essa possibilidade.

O Governo está mandando agora o projeto aqui para a Casa. Se esta Casa não modificar o projeto para que ele seja um sistema, que hoje existe, pré-pago... O sistema, Srs. Deputados, não tem como trabalhar com pós-pago. Ele não foi preparado para isso. Não existe isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Nós estamos falando só dos estudantes, Dr. Wagner. Há todo o outro sistema do qual vocês recebem antecipadamente, das empresas, principalmente.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Pois é, Deputada, mas não existe isso, esta forma de pós-pago, não existe essa possibilidade. Nós nunca trabalhamos com isso. No Brasil inteiro, não se tem esta modalidade, e, portanto, não é aqui em Brasília que faríamos esta modalidade. Se isso for aprovado, serão necessários para sua implementação, no mínimo, 5 anos. Nós gastamos 10 anos para implantar o sistema de recarga a bordo, que hoje está implantado e é o melhor sistema de cartão magnético sem contato do Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – E como é que o pessoal fica na fila para fazer essa recarga? (Pausa.) Não funciona. O pessoal perde horas e dias.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Deputada, V.Exa. vai me desculpar, mas não é verdade. Ele só fica na fila porque falta dinheiro. Ele só fica na fila porque o Governo não coloca dinheiro. Ele só fica na fila por isso. Estudante por estudante aqui, eu tenho mostrado diuturnamente...

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, o senhor está falando que, se tiver dinheiro, eles não vão ficar na fila?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Eles não ficarão na fila nem 10 minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Há quantos pontos de recarga?

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Nós temos hoje 5 pontos de recarga.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – No Distrito Federal todo? E não há fila?

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Isso. É mais do que suficiente, é mais do que suficiente se não faltar dinheiro, é mais do que suficiente. O grande problema aqui... Se esta Casa levar a discussão para esse lado, Deputada...

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Nós temos mais de 20 cidades no Distrito Federal. Como é que nós só temos 5 pontos de recarga? Deveríamos ter, no mínimo, 1 por cidade.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Deputada, desculpe-me por dizer isto: se esta Casa diz que o sistema só é bom se ele tiver uma grande quantidade de recarga, aí existe uma falta de conhecimento desta Casa. Nós podemos perfeitamente corrigir todos esses pontos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – O senhor me permite discordar? Se há mais de 20 cidades no Distrito Federal e há estudantes em todas essas cidades, precisamos, no mínimo, de 1 ponto de recarga em cada cidade. Isso não é por falta de desconhecimento, não. Agora, eu perguntaria ao senhor: o senhor sabe me dizer quantos funcionários tem a Fácil?

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – A Fácil tem 180 funcionários.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Cento e oitenta funcionários?

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Exatamente. 180 funcionários.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – O senhor disse que a Fácil não tem lucro?

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Nenhum. Ela é uma entidade sem fins lucrativos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Ela tem uma renda mensal de, no mínimo, R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Ela não tem renda mensal, Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Tem, porque...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Ela não tem. V.Exa. vai me desculpar, mas ela não tem renda mensal.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu pergunto ao Diretor do DFTRANS: quanto é repassado mensalmente à Fácil para operar o sistema?

SR. MARCO ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA – Sobre a arrecadação, a receita do transporte, incide uma taxa de 3,84%, que gira em torno 2 milhões e meio por mês. Esse valor vem para o GDF. Desse valor, uma parte vai para a Fácil, para que ela pague os funcionários, compre os computadores e administre o sistema do vale transporte. Então, esse valor, Sr. Wagner, se eu não estiver enganado, gira em torno de 1 milhão e 400 ou 1 milhão e 500. Se eu estiver errado... Nós estamos com problema na informática.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – As prestações de contas todas, Deputada Eliana Pedrosa, são feitas ao DFTRANS quinzenalmente. O dinheiro dos 4%, Deputada Eliana Pedrosa, primeiro, vai para o DFTRANS, para depois ser repassado à Fácil quando ela comprova as despesas.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Exatamente, é o que o Diretor do DFTRANS está dizendo aqui e o Deputado Raad Massouh também.

Por favor, Deputado Raad Massouh, faça seu encaminhamento, que é o de todos nós.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ouvi do Sr. Wagner Canhedo que não teria dificuldades alguma em mandar as prestações de contas que está fazendo dia a dia com a empresa Fácil.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Nenhuma.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Então, eu gostaria, Sra. Presidente, que V.Exa. fizesse oficialmente esse pedido, porque eu também gostaria de acompanhar todo o processo, porque, às vezes, achamos que existe um só ralo, mas pode haver vários ralos nesse processo. Eu acho muito importante que V.Exa. peça essa prestação de contas, para que esta Casa também tenha acesso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Não há problema nenhum. Eu me comprometo, no momento oportuno, em trazer essa prestação de contas a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Sr. Wagner Canhedo, o momento oportuno seria amanhã, já que o senhor tem prestado regularmente as contas ao DFTRANS.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Não tem problema nenhum.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Amanhã mesmo, pois há um crédito que queremos votar amanhã.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Sim, pode ser.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Então, amanhã, o senhor poderá encaminhá-la a esta Casa.

SR. WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO – Vai ser encaminhada. Não há problema nenhum. Eu presto contas dia por dia ao DFTRANS, dia por dia à Secretaria. Portanto, Deputada, vai ser encaminhada. Eu queria abordar mais alguns pontos em função do que foi dito aqui sobre os gastos do Governo.

A primeira lei do Passe Livre que foi aprovada nesta Casa foi mudada em seguida, porque se dizia que tinha havido propina dos empresários com os Deputados. Fez-se outra lei. Agora, quer-se fazer outra lei. Eu acho que está havendo um problema: é só o Governo querer modificar alguma coisa que se coloca culpa em alguém, para se modificar a lei. Eu acho que os estudantes vem sofrendo essas consequências todas, pensam que estão sendo beneficiados, mas pode vir por aí um problema muito maior para eles. Portanto, eu acho que os estudantes precisam pensar direito sobre as declarações todas que são feitas. Nós não temos nenhum levantamento, Deputada Eliana Pedrosa, nenhum levantamento. Não foi exigida de ninguém uma prestação, uma informação da quantidade de renda que cada família tem para poder conseguir o passe livre. Portanto, limitar isso em 3, 4, 5, 1 ou 0 salários mínimos seria, no mínimo, fazer alguma coisa da forma que já foi feita: acodadamente.

Quando à questão de fazer o pagamento pós-pago, eu volto a dizer, porque, às vezes.... V.Exa. perguntou há pouco. Existe um decreto que não é possível ser implementado. Esse decreto não é possível ser implementado. Não é possível implementar esse decreto porque o sistema não é assim. O sistema não tem como funcionar assim, porque não depende da querença da Casa, nem da do Governo e muito menos da dos empresários. Ele não tem como ser implementado! Ele só tem como funcionar como pré-pago. Portanto, esses são os esclarecimentos que nós empresários gostaríamos de fazer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Vamos passar a palavra a Sra. Gabrielle D’Almeida, Diretora do Grêmio Estudantil da UBES. Primeiramente, peço uma salva de palmas, em especial, à primeira mulher que irá se manifestar aqui em nome dos estudantes. (Palmas)

SRA. GABRIELLE D’ALMEIDA – Em primeiro lugar, eu queria saudar esta Casa por ter convocado esse espaço para que pudéssemos dialogar franca e abertamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	48

Eu tinha algumas coisas para falar, mas acho que já fui contemplada. A última fala do companheiro foi bem esclarecedora. Fica claro para nós que a Fácil é uma empresa extremamente caridosa, não é? Faz muita caridade para os estudantes do Distrito Federal. Inclusive, chega a me comover!

Sinceramente, eu queria dizer aqui que, se existe desinformação sobre o sistema de transporte, sem dúvida alguma, não é por falta de interesses dos estudantes ou da sociedade, porque, se é tão fácil conseguir esse tipo de prestação de contas, eu não sei por que ela ainda não aconteceu. E mais: na minha opinião, prestação de contas não é planilha em *Excel*! Se forem mandar planilha em *Excel*, podem ficar, porque isso não nos interessa. Planilha em *Excel*, eu faço uma agora, se o senhor quiser. É só me passar os dados. Isso não nos interessa! Nós queremos elementos! Queremos documentação! Queremos saber... Queremos averiguar detalhe por detalhe, porque na prática hoje o que acontece é que os estudantes e a sociedade estão nas mãos de um pequeno grupo, muito especificamente comandado por 3 pessoas, como foi dito, 3 grandes empresas vinculadas diretamente à Fácil.

Eu queria dizer, companheiros, que, como vimos aqui, os estudantes não são bobos. Nós sabemos exatamente quem está do lado de cá e quem está do lado de lá. Ninguém aqui está iludido. Nós vimos exatamente quem mudou de discurso da aprovação do Passe Livre para cá. Nós vimos exatamente quem sempre esteve do lado de cá e quem veio agora para o lado de cá, quem se mantém do lado de lá e quem se abstém. Nós queremos dizer que os estudantes não vão esquecer. Não vão esquecer porque apesar de ser um discurso bonito e importante com o qual nós concordamos, já que nós somos o futuro e vamos construir esta Nação, nós não abdicamos de sermos o presente! Nós não abdicamos de construirmos o presente pelo futuro! E, como dizia Che Guevara, um grande ídolo da juventude, se o presente é de luta, o futuro nos pertence!

Nós vamos lutar por esse futuro. Nós vamos ocupar as ruas de Brasília, pois não vamos aceitar qualquer desculpinha e qualquer argumentação que venha a ser feita nesta tribuna, porque sinceramente é a vida! Se em outros lugares do Brasil e do mundo não são implementados certos sistemas, algum lugar vai ter de ser o primeiro e nós estamos dispostos a construí-lo aqui! Estamos dispostos a construí-lo nas ruas! Portanto, eu quero informar, infelizmente, aos companheiros da Fácil que, se eles não “topam” esse sistema, é bom que eles se retirem. Vamos, então, abrir uma nova licitação, porque essa empresa já não satisfaz o povo do Distrito Federal. Se não “topam” o sistema pós-pago, que bom! Vamos nos livrar de um encosto para o Distrito Federal!

Vamos aqui, nas lutas, construir uma nova forma de transporte público para esta região do País. Na região Centro-Oeste, nós já vimos acontecer em Campo Grande, em Cuiabá, a partir da luta dos estudantes. Então, as entidades aqui presentes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas têm todo o cacife para debater esse tema porque, desde 1956, com a Revolta do Bonde, no Rio de Janeiro,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	49

nós debatemos transporte público, passe livre e acesso à educação como um todo. Então nós vamos aqui, com todo o acúmulo da nossa história e das lutas dos estudantes, de agora em diante, muito mais firmemente, dizer que essa empresa não nos satisfaz e não nos contempla. Portanto, Sr. Wagner Canhedo, sinta-se convidado a se retirar do transporte público do Distrito Federal, porque nós não o queremos! (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Fazendo aqui o revezamento entre as inscrições e os membros da Mesa, eu quero agora convidar para fazer uso da palavra o assessor da Reitoria da Universidade de Brasília, Sr. Rafael Moraes. Lembro que aqui está o professor Paulo César Marques, também assessor do Reitor. Muito obrigado pela presença.

SR. RAFAEL MORAES – Eu peço licença para também chamar o Professor Paulo César para fazer alguns complementos ao encaminhamento da Universidade de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Fiquem à vontade.

SR. RAFAEL MORAES – Primeiramente, obrigado à Câmara Legislativa por esse convite à Universidade de Brasília. Creio eu que deveria haver aqui também outras instituições de ensino, de educação, porque as alterações no Passe trazem reflexos à gestão da educação, à escola, às universidades. Isso tem um impacto no funcionamento do cotidiano da educação no Distrito Federal que precisa ser avaliado sobre qualquer dimensão de análise sobre o Passe Livre, pois modelos de gestão são discutidos com a existência de uma lei e não pode haver alterações constantes porque isso muda, inclusive, o modelo de gestão das próprias universidades. Creio que a Universidade de Brasília tem o papel e o preceito fundador de debater os grandes temas da sociedade do Brasil e sofrerá um pouco dos impactos, caso se concretizem as alterações propostas pelo Governo.

Aqui, creio eu, existem 3 grandes temas. O primeiro claro que é a educação, o segundo é a questão do transporte e o terceiro, que perpassa diversas temáticas sociais, é a questão da juventude. No que diz respeito à juventude em especial, a Universidade de Brasília vem tendo uma atenção nessa questão atualmente, na gestão do professor José Geraldo de Sousa Júnior, e trata essa temática não só como jovens universitários dentro da UnB, porque existe um número muito maior de jovens que estão fora e querem entrar na UnB do que de jovens que estão dentro daquela instituição. A UnB não pode ficar alheia a esses estudantes. Ela precisa ter uma política voltada para todos eles e precisa se preocupar com essa temática de uma forma universal.

Nesse sentido, eu trouxe alguns dados de pesquisas realizadas sobre a temática juventude que mostram que justamente um dos grandes gargalos de acesso à educação e um tema de demandas dos jovens hoje em diversas pesquisas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	50

é a questão do transporte. A mobilidade vem sendo identificada pela juventude como um problema social recorrente — eu trabalho com o tema já faz algum tempo. Desde 2006, eu cito para vocês pesquisas que mostram cotidianamente o problema do transporte público. Existe uma em especial, que foi feita em 2006, logo depois do período que sucedeu à Revolta do “Busu”, em Salvador, que traz um dado alarmante naquela cidade e que mostra os gargalos do transporte público em todo o País. Na cidade de Salvador, 15% dos jovens nunca entraram no mar. E nunca entraram no mar numa cidade litorânea porque não têm acesso à linha ou ao transporte público, ou seja, a linhas diretas ou recursos para conseguir chegar à orla da cidade de Salvador. Eles são privados de ter um lazer gratuito, que seriam as praias. Imaginem ao que diz respeito à educação.

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e o Instituto Pólis realizaram outra pesquisa — eles vão desenvolvendo as pesquisas sistematicamente — que levantou o tema do transporte como quarto grande tema das demandas juvenis, perdendo só para educação, trabalho e cultura. Dentro dessa pesquisa foram perguntados os motivos relacionados à ocupação dos jovens, em especial, quais são os grandes problemas que dificultam o jovem e geram a evasão escolar. Dentre eles o mais expressivo localizado dentro da juventude é o desinteresse entre os jovens, 36%. O segundo que limita o acesso dos jovens é justamente a falta de dinheiro para o transporte público.

Não vou me alongar mais sobre essa questão da juventude. Acho que esse é um tema que temos que comprar no que diz respeito à juventude, o acesso à educação dos jovens e ao transporte. É uma garantia. Só que a UnB vem aqui não só como instituição que desenvolve um programa de assistência estudantil. O Governo Federal vem colocando o programa de assistência estudantil como decisivo no combate à evasão. Investir em assistência estudantil já vem sendo colocado como prioridade porque mostra que, se você não investir em assistência estudantil, você terá prejuízos nos investimentos de educação, ou seja, você aumenta a evasão e o número de pessoas que sai da universidade é inferior ao que poderia acontecer. Então, a política de acesso estudantil é uma prioridade. O transporte está dentro dela. Hoje, a Universidade de Brasília tem um transporte entre *campi* entre o *campus* de Planaltina, o de Ceilândia e o do Gama e o *campus* Darcy Ribeiro, gratuito a todos os estudantes. Tem um transporte interno dentro do *campus* Darcy Ribeiro também gratuito, e estabelece uma política de transporte como uma política fundamental.

Agora, neste caso, é importante detectar — eu vou passar a palavra rapidamente ao Professor Paulo Cesar — que não dá para se dizer da alteração da lei ou se achar culpado um estudante ou servidores ou trabalhadores num sistema que a gente acabou de descobrir aqui pelos dados do DFTRANS que tem 7 mil irregularidades.

Um sistema que tem 7 mil irregularidades, *a priori*, eu, como cientista político formado, sei que existe um problema de gestão, não é um problema de demanda de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	51

quem é atendido, ou seja, isso precisa ser explicitado. E para isso é preciso, sim, fazer um estudo, uma auditoria de tudo isso e é preciso fazer um estudo sobre o perfil de quem é usuário e sobre o perfil de quem é o maior favorecido com isso. Por que cito o caso da Universidade de Brasília? Hoje, a bolsa permanência é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) e o Ministério da Educação tem para 2011 o objetivo de igualar com o salário mínimo essa bolsa permanência. Um trabalhador que tem na sua família a renda de 3 salários mínimos consegue, a duras penas, colocar os 3 filhos na Universidade de Brasília com a renda de uma bolsa permanência de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Isso extrapola os 3 salários mínimos e retira o direito do passe livre a esse estudante. Então, esse é um estudo que precisa ser feito.

Os programas sociais da Universidade de Brasília não usam só como critério, por exemplo, o salário mínimo. Você tem uma pesquisa socioeconômica de viabilidade, de vulnerabilidade, de outras demandas que geram uma pontuação para estabelecer esse critério. E por isso a Universidade de Brasília aqui – e aí chamo o Professor Paulo Cesar, que, além de assessor do Reitor, é professor do Programa de pós-graduação em transporte na Universidade de Brasília –, diante dessa demanda, se propõe a executar estudos e pesquisas para identificar melhor qual é o modelo de gestão do programa Passe Livre que, de fato, pode se estabelecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Professor Paulo César.

Lembro que, após essa intervenção, nós temos apenas mais 4 inscritos. Vamos ver se conseguimos concluir daqui a pouco a nossa comissão geral.

SR. PAULO CÉSAR MARQUES DA SILVA – Boa-noite a todos que estão aqui. Na pessoa do Deputado Paulo Tadeu eu cumprimento os membros da Mesa e todos os oradores aqui nesta noite, mas particularmente eu queria cumprimentar o público que está participando desta comissão geral, o público que está aqui presente, e os que vão ter acesso a esse material via imprensa.

Eu queria pedir licença muito rapidamente, como o Rafael acabou de falar aqui, para dizer que eu não sou apenas o assessor do Reitor, sou um estudioso da área de transporte, eu pesquiso nessa área também. Eu queria pedir licença para fazer um comentário rápido sobre os limites dessa discussão que está acontecendo aqui nesta tarde, noite. Nós estamos trabalhando no limite de achar uma solução para o equilíbrio financeiro de um sistema que se coloca fechado e que a única fonte de receita até aqui tem sido a tarifa paga pelo usuário. Isso não é socialmente justo. Isso não é socialmente justo. A gente precisava é de uma ousadia, a gente precisava avançar. Acho que esta Casa é o lugar correto para propor, Deputado Paulo Tadeu, essa discussão. Precisamos ter um sistema de transporte público que seja tão público quanto é a saúde pública, quanto é a educação pública, que não precisam ser pagas por quem usa o sistema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	52

Outras fontes de financiamento devem existir para garantir que o sistema seja público, de livre acesso, sem onerar quem precisa usar o sistema e muito menos onerar as pessoas que, por opção, usam o sistema de transporte que está dentro dos parâmetros de mobilidade sustentável. Ele não pode ser penalizado pagando qualquer tipo de tarifa. Eu acho que a gente precisa avançar um pouco além disso. O fato de não conhecermos exemplos de tarifa zero no Brasil e em outros países não acho que é elemento razoável para nos negarmos a fazer isso aqui. Vou repetir o que a Gabrielle falou aqui: "Se nós não conhecemos isso, não significa que não podemos começar a fazer o pioneirismo aqui". Podemos, sim, construir um sistema que tenha outras fontes de financiamento e que ninguém precise pagar para usar o sistema de transporte público, o que é sustentável, muito mais que usar o carro no dia a dia.

Feito esse parêntese como pesquisador da área, quero falar sobre o passe livre no Distrito Federal. Estamos falando de política educacional. Eu vou me referir ao que o Paíque falou. Está faltando a Secretaria de Educação, estão faltando representantes da educação para discutir política educacional. Sistema de transporte tem de ser uma forma de promover a educação, ampliar a universalização da educação. Não pode ser uma barreira à educação, não pode ser.

O que experimentamos aqui nesses poucos meses de vigência da Lei do Passe Livre gerou planos, projetos de vida de uma gama enorme de pessoas da população do Distrito Federal. Não podemos comprometer esses planos de vida, esses projetos de vida mudando uma lei, mudando um sistema que mal começou a operar. Não podemos fazer isso. Precisamos dar tempo. Se existem lacunas, se existe a necessidade de se fazer correções, claro que devemos fazê-las, mas vamos corrigir o sistema, vamos corrigir a gestão do sistema e vamos estudar o que está acontecendo para garantir a ampliação do direito à mobilidade, a ampliação do direito à educação, e não começar cortando o que não foi experimentado ainda.

Nesse sentido, em nome da Universidade de Brasília, em nome do Programa de Coordenação e Transporte, estou assumindo aqui o compromisso da Universidade de se colocar à disposição para realizar pesquisa não apenas dos impactos da Lei do Passe Livre ou da alteração dela na Universidade de Brasília, mas em todo o Distrito Federal. Podemos fazer isso, podemos trabalhar com isso deixando funcionar e ampliando esses direitos da população do Distrito Federal, eventualmente da população do Entorno, e com dados concretos, com bom método científico podemos propor as alterações necessárias para garantir a promoção da educação.

Muito obrigado, Deputado. Muito obrigado a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço. Convido o Rafael, do DCE da Universidade de Brasília. Em seguida, ouviremos o Darlan Honório, do DCE da Católica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	53

SR. RAFAEL BARRETO – Muito boa-tarde a todos os presentes. Agradeço a presença e a permanência no plenário até esta hora. É um assunto de muita importância para todos nós estudantes, para toda a população do Distrito Federal que atualmente está excluída do sistema de transporte graças a anos a anos de uma má gestão por parte do GDF, de uma má gestão por parte das empresas e por uma série de erros e falhas cometidas por vários entes que inclusive estão aqui presentes.

Eu acho que temos várias coisas para falar sobre transporte no Distrito Federal. Questões como problema de linha, interligação metrô e sistema convencional de ônibus, a linha verde e todos os outros projetos que estão sendo encaminhados. A sociedade brasiliense infelizmente não está discutindo isso. Vários outros problemas de mobilidade urbana também estão postos nesta cidade e, nos 50 anos em que discutimos várias coisas, eu senti falta de pautarmos mais como queremos que o transporte de Brasília siga nos próximos 50 anos.

Eu até poderia usar o espaço aqui para falar de todos os problemas do transporte que atingem mais especificamente os estudantes, todos os problemas que atingem a população do Distrito Federal também. Infelizmente hoje não é suficiente. Hoje é uma primeira iniciativa que tem de se repetir, mas podemos pensar em outros formatos. Por que não fazemos uma conferência distrital de mobilidade urbana e transporte público para pensar nessas coisas? Ontem e hoje tivemos a Conferência Distrital de Saúde Mental, de que o DCE está participando. Ano passado, houve a Conferência Distrital de Educação, de que o DCE também participou. Tivemos várias outras conferências de que devemos participar e o GDF tem de nos chamar. Por que o GDF não chamou? Por que a Câmara Legislativa não chamou para uma conferência livre, para uma conferência distrital? Porque simplesmente discutia apenas com as empresas. Apenas as empresas e o GDF discutiam política de transporte público. Por isso há esse descaso. Por isso que as empresas estão lucrando horrores e por isso temos um serviço muito ruim no Distrito Federal, algo de vergonha para toda a população brasileira ter uma capital com um transporte dessa forma.

Então, já deixo aqui encaminhado para, no futuro, a gente ter uma conferência de mobilidade urbana. A gente vai botar realmente os estudantes, a população, entidades representativas e gestores de forma paritária para conversar, porque, se não aproveitarem a inteligência de todos os setores da sociedade, a gente vai ter de vir, manifestar, ocupar e dormir aqui nesta Casa como a gente já fez anteriormente. E a gente não vai hesitar em fazer isso porque a gente não tem espaço pra construir aqui.

Mas quero focar na questão do Passe Livre, que já discutimos há muito tempo aqui nessa cidade e no Brasil também. A gente foi pego de surpresa pelo GDF quando ele trouxe essa proposta. A gente ficou meio ressabiado, mas a avaliação nossa foi bem clara: se vai trazer algum benefício para os estudantes, vamos discutir. Viemos aqui pra esta Casa, levantamos emendas, discutimos de igual para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	54

igual e tentamos levantar o melhor projeto de Passe Livre. Infelizmente, a gente perdeu várias coisas, ganhamos outras. Levamos muitas punhaladas pelas costas por parte do GDF, que priorizou a discussão com as empresas. Nesse momento, a gente vê tudo isso desmoronando porque foi uma pauta que foi levantada de forma artificial e sem construção.

Precisamos urgentemente fazer essa discussão mais aprofundada. Para interligar o metrô, coisa com que nós estudantes da UnB tivemos muitos problemas, vários estudantes tiveram seus cartões negativados por falta dessa interligação.

Dois pontos de que quero falar para concluir: a gente não aceita esse projeto do GDF de limitar o passe livre apenas para quem tem renda familiar de 3 salários, porque esse sistema exclui muita gente, exclui boa parte da população que utiliza esse transporte e se tiver que pagar 300, 400 reais por estudante para usar o transporte público vai ter sua renda familiar muito prejudicada. Sobre as falhas, falam que existem muitas pessoas que usam indevidamente, os ricos que estão usando ou os ricos que estão dando para seus empregados usarem. Isso para mim é exceção à regra. É uma exceção clara. Esse argumento para mim é que nem dizer, quando vê um preservativo masculino voando no teto de alguma festa, falar que tem que parar de distribuir camisinha. A gente não tem que fazer, não tem que aceitar porque a gente vai enfrentar. É passe livre geral e irrestrito em Brasília. (Palmas.) Também quero incluir o Entorno nessa luta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Convido o Darlan, do DCE da Católica, em seguida o Jean Carmo. Por último o Mateus Fraga.

SENHOR DARLAN HONÓRIO – Boa-noite. Não vou me estender para fazer um favor para vocês. A gente está desde cedo aqui, vários não almoçaram, vários estão realmente cansados. Infelizmente a gente não teve o prestígio até o final de toda a Mesa. Foi um momento em que o estudante realmente pôde falar não como representação, como foram as representatividades que já vieram, mas até mesmo como pessoas.

A crítica que trago é uma crítica diferente e é uma crítica mais construtiva, analisando o contexto do GDF hoje. Essa crítica também é um convite. Um convite a todos que estão aqui. A minha fala vai mais direcionada aos estudantes, que são maioria aqui no momento. Que a gente possa fazer um governo melhor. Essa geração vai ter um início, um meio e um fim e a nossa geração vai ter um início, um meio e um fim. A gente está iniciando, a gente está indo para a luta, a gente está passando por muitos apertos, muitos perrengues para poder ter a voz aqui, para poder usar esse microfone. Não é para aparecer, não é para ser filmado; é para poder mostrar a todos os que já estão aqui sentados que ainda existe uma realidade que a gente tem que mudar, que ainda existe uma realidade que a qualquer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	55

momento, se a gente não mudar, pode sim se confrontar com a nossa realidade, que é uma realidade com mais acesso.

Aproveito a oportunidade, já que a Deputada Eliana Pedrosa vestiu a camiseta, pra convidar para a luta de fato. Porque, como estudante de Direito, décimo semestre, e uma pessoa que tem consciência política, eu sei muito bem quem esteve na luta desde o início e quem não esteve. Mas acredito que sempre há o momento de se construir. Então faço esse convite te olhando nos olhos: vamos para essa luta. A gente não precisa ter um Estado ajoelhado, implorando que o empresário preste contas. Isso é o fim do absurdo, que Nietzsche, Montesquieu, Maquiavel, nunca, ninguém jamais acreditou em ver. Então, a contribuição maior que eu trago é para os estudantes, e o convite que eu faço a todos. A situação chegou no caos, pior só no dia que se confrontar com a nossa vida e esse confronto normalmente não é pacífico. Isso não é uma ameaça, isso é uma realidade. E é assim que eu encerro. (Palmas.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu gostaria de dirigir umas palavras ao Darlan e, dirigindo ao Darlan, a todos os estudantes.

Ele disse que sabe quem esteve à frente desta causa, e que hoje eu vesti a camisa. Eu gostaria de falar, Darlan, que a ideia original deste projeto foi apresentada pelo Deputado Paulo Tadeu, uma luta antiga. A minha primeira legislatura foi a passada, não sei se o Deputado Paulo Tadeu já defendia isso na legislatura anterior, mas ele sempre foi um grande defensor. E, jovem como é, entende essa dificuldade do jovem.

Para defender uma causa, às vezes, você não precisa transitar no meio dos estudantes ou de passeatas porque um projeto de lei aqui nesta Casa é aprovado por maioria. É isso que define a aprovação de um projeto, é isso que define quem defende uma causa ou não. Você tem um autor, você tem aquela pessoa que participa, que vibra, que está lá. Mas você tem as pessoas que acreditam. Eu sou mãe, sou avó, meus filhos estudaram. Eu sempre estudei em escola pública, eu nunca estudei numa escola privada. Eu fiz, aqui em Brasília, porque eu já cheguei com 15 anos, eu fiz CASEB, eu fiz Elefante Branco, eu fiz Madureza, que hoje se chama Supletivo. Então, eu passei por todas as dificuldades que vocês passaram. Eu tenho vários projetos voltados para o estudante, inclusive valorizando sempre o estudante de escola pública, na medida do possível, que é aquele que mais precisa, embora todos precisem. A entrada nas faculdades públicas do Distrito Federal, os estágios para aqueles estudantes e vários outros projetos que já transformamos em lei com a ajuda de todos aqui, e aqueles que estão em tramitação. Então, talvez a gente não se encontre, porque a gente não está em todas as cidades em todos os momentos, mas isso não quer dizer que não estejamos envolvidos numa causa. A minha história aqui na Câmara Legislativa, e o Deputado Paulo Tadeu pode dizer, eu não sou uma pessoa oportunista, de colocar uma camiseta apenas porque o tema no momento está pegando fogo. Se não fosse a minha convicção, eu não estaria aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	56

Então, Darlan, eu só queria fazer essa pontuação porque você é um estudante de Direito, e pela sua fala, foi muito consciente saber que a ideia tem um criador, mas para ela vingar ela tem que ser de uma atividade plural, de muitos. Ok?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Com a palavra o Jean Carmo Barbosa.

SR. JEAN CARMO BARBOSA – Boa-noite, pessoal. Quero aproveitar a oportunidade e saudar os estudantes primeiramente, que estão até esta hora debatendo o tema do passe livre, e dizer que quem está aqui tem responsabilidade com toda a juventude do DF que usufrui desse sistema. Saudar a Mesa que está aqui escutando a nossa opinião.

Bem, primeiro dizer, pessoal, que espero que se o Wagner Canhedo tiver aceitado também o convite da Gabi para se retirar... Já se retirou aqui da Mesa. Espero que isso aumente para ele sair do transporte público do DF aqui.

É muita hipocrisia. Se ele pegasse ônibus pelo menos uma vez por semana para Planaltina, Ceilândia, Santa Maria, ele iria verificar como é precária a situação do nosso transporte aqui no Distrito Federal.

Primeiro eu queria fazer uma correção, até o camarada aqui, o Paíque, já fez, que foi precursor dessa pauta do Passe Livre, foi um dos movimentos sociais, o Movimento Estudantil. Eu acho que o Deputado foi precursor do debate na Câmara Legislativa, mas que sofreu um duro golpe quando aprovaram este passe que está em vigor atualmente. E hoje estamos sofrendo um duro golpe, um golpe maior ainda, porque estão querendo derrubar o nosso passe livre. Então, gostaria de fazer coro com todos que falaram, porque, se nós não ampliarmos o direito, ampliarmos esse passe livre que está aí, ao invés de reduzi-lo, vamos colocar muito mais estudantes na rua do que vem acontecendo nesta semana.

Esse projeto deve ser votado com critérios de fiscalizações bem definidas e que o Estado tenha controle, que a sociedade também faça o controle social disso. E que seja votado com bastante rigor, para que este dinheiro não vire dinheiro de panetone, como foi o caso de outros projetos e como foi o dinheiro da Educação.

Pessoal, se a educação é mesmo prioridade no nosso país e no Distrito Federal, como dizem por aí, o passe livre já deveria ter sido aprovado há muito tempo. Nós não deveríamos estar aqui. Que educação é essa, se educação é prioridade? Escola sucateada, estudantes tendo que faltar aula, faltando curso à tarde, porque estamos aqui, os estudantes estão inviabilizados de irem para a aula. Cadê a prioridade na educação do DF?

Então, nós, que estamos circulando no mundo estudantil, gostaríamos de dizer para os Deputados que existem muitos estudantes faltando aula, muitos estudantes com dificuldades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	57

Infelizmente, vou ter que concluir e fazer coro que o passe livre tem que ser irrestrito. O estudante tem que ter direito a ir e vir de bibliotecas, de teatro, porque Educação não se faz só em sala de aula, se faz nesses espaços. E se faz nesses espaços como o de hoje, em que estamos realizando este debate e como fizemos de manhã na Esplanada dos Ministérios junto com o pessoal da UNE, da UBES.

Eu fiquei abismado com a fala do Wagner Canhedo, mas a Gabi conseguiu dar o clima de contrapor as suas falácias e besteiras. Eu acho que o Distrito Federal, vocês que conduzem junto com o Governo do Distrito Federal, nós temos que ser ousados. E como bem disse a Gabi, se não tem em outro estado, a condução da fiscalização, a condução da empresa Fácil, de empresas de cartões e de passes estudantis, nós temos que ser os primeiros, temos que ousar e sermos o primeiro estado a aprovar um passe livre de verdade, um passe livre irrestrito, como foi colocado. Então, é essa a minha contribuição. Eu gostaria de dizer que o Wagner Canhedo deve mostrar a sua planilha de contas, não no Excel, como a Gabi falou, não só para os Deputados, mas para a sociedade do Distrito Federal, e principalmente para os estudantes. Então, eu gostaria de saudar vocês.

E, se não aprovar, eu quero chamar todos os estudantes para travarmos uma grande luta em prol de um passe livre de verdade, que não sofra golpes como sofreu o último Passe Livre.

Obrigado e boa-noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Neste momento, concedo a palavra ao Senhor Mateus Castellani, do Movimento Passe Livre.

SR. MATEUS CASTELLANI– Boa-tarde. Eu sou o Mateus. Eu faço parte do Movimento Passe Livre. Já faz quase seis anos que estudo o transporte. Eu sei que todos estão cansados, mas eu gostaria que todos me ouvissem um pouco, porque eu acho que houve um problema sistemático em toda discussão hoje.

A fala do Wagner Canhedo foi no sentido de falar que não lucra com a Fácil e que o DFTRANS falou que tem um repasse de verba de 1,4 milhões para a Fácil gerir. Existe uma plausibilidade na fala do Wagner Canhedo, porque para você manter toda estrutura da Fácil, de aluguel de espaço, de funcionários e outras coisas, o preço de 1,4 milhões não é absurdo. Então, é possível que amanhã ele chegue aqui comprovando que não lucra com a Fácil.

E a questão que eu quero colocar é a seguinte: temos que aprofundar essa questão, pois ela não foi aprofundada aqui. E esse aprofundamento é o seguinte: o preço que é repassado para as empresas, o problema dele não está na Fácil! O problema está no preço da passagem. Quando é passado não sei quantos milhões por mês, isso é porque os empresários determinaram que o preço é 2 reais, 3 reais. É aí que não existe explicação do porquê o valor da passagem ser 2 reais, 3 reais! Se ele falou que no Brasil inteiro é de um jeito, e é de um péssimo jeito, no Brasil inteiro nenhuma empresa demonstra planilha de custos!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	58

Eu vou contar uma historinha rápida para fazer uma comparação com a saúde. Há algumas décadas, uma pessoa que chegasse a um hospital com uma fratura na perna não necessariamente seria atendida se ela não tivesse um determinado cartão que provasse que ela pagava aquele seguro-saúde. Até a população e os poderes perceberem que saúde não é um luxo, é um direito! O que acontece com o transporte aqui é exatamente isso!

A história do transporte em Brasília: o *diesel* é subsidiado; os ônibus são comprados velhos, de outros Estados, com dinheiro que o Estado banca para os empresários pagarem em não sei quanto tempo, praticamente sem juros, ou seja, eles têm tudo na mão e organizam o transporte como querem! Agora, se for por mérito, eu também quero o meu ônibus! Porque eles nunca tiveram nada, recebem tudo na mão e são eles que lucram milhões e milhões.

Então, a discussão que a gente tem que fazer é essa: da estrutura do preço e por que eles são os escolhidos num universo de quase três milhões de pessoas no Distrito Federal, para não trabalharem, não fazerem nada e lucrarem milhões! Milhões esses que sustentam, no caso da família Constantino, já que hoje em dia os empresários não colocam os bens nos seus nomes, vão colocando no nome da família... A família Constantino é dona de 40 mil ônibus distribuídos pelo Distrito Federal, sem contar a frota de aviões, que acho que está em cerca de 250 aviões, da empresa Gol, que é da família Constantino. E é o preço da nossa passagem, dos 2 reais, 3 reais, que sustenta isso! E até eu gostaria de pedir ao Wagner Canhedo, apesar de ele ter ido embora, apresentar os gastos da família, os bens da família dele, porque é ali que está o dinheiro.

O problema não necessariamente está na Fácil, mas, sim, nos 2 reais que, aliás, já tem uma porcentagem para renovação de frota, ou seja, o governo não deveria bancar nenhuma renovação de frota e outras questões a mais.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Sr. Flávio Almeida da Nóbrega, do Centro Acadêmico de Direito da Católica.

SR. FLÁVIO ALMEIDA DA NÓBREGA – Boa-noite a todos os presentes.

Eu acho que, após a saída de alguns da Mesa, todos temos capacidade crítica suficiente para entender quando eu digo que faço das boas palavras as minhas.

Como estudante universitário de Direito, bolsista – tenho bolsa integral numa universidade particular –, preciso necessariamente de um transporte público e necessariamente de um passe livre para que eu possa estudar, que eu tenha condições de estar na universidade todos os dias.

Eu acho, sinceramente, que é uma falta de respeito o líder de um grupo, de um oligopólio, que comanda o transporte do Distrito Federal, vir aqui e falar na Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	59

do povo, na Casa do cidadão, também na Casa do estudante, que nós temos o melhor transporte público desse país! O que é uma inverdade! Porque eu sofro, os meus colegas aqui sabem, que nós sofremos todos os dias no Distrito Federal, e a Deputada, com todas as *vênias*, que não pode estar em todas as cidades, mas sabe também que a população sofre, porque essa não é uma demanda atual do Distrito Federal.

Posso dizer aos Deputados desta Casa e também ao Poder Executivo do Distrito Federal que, como representante de um Centro Acadêmico de Direito, representando mais de três mil estudantes, esses estudantes estão analisando, estão vendo, de forma calculista, todas as ações que esta Casa toma. E nós nos comprometemos, todos os dias, a estar lá discutindo o que vocês discutem aqui!

Em relação ao Poder Executivo, não há que se discutir! Porque, primeiramente, esses centros acadêmicos, os estudantes que estão aqui, não reconhecem esse aborto político formado no Distrito Federal!

Então, nós pedimos – eu acho que abarco todos os meus colegas quando chego a esta Casa, não ao Poder Executivo, mas a esta Casa, que efetivamente talvez ainda represente a população em grande parte de seus Parlamentares — que esta Casa tenha algo que todos os estudantes que estiveram aqui precisaram para estar aqui hoje, das mais tenras idades até os universitários, que tenha coragem! Coragem para enfrentar um grupo, um oligopólio que tomou o Distrito Federal e que rege não só o transporte, mas também a política desse ente federado. Nós não podemos aceitar isso! E esse Governo, o Poder Executivo não tem ideia da força que o cidadão, que o estudante tem no Distrito Federal! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Eu quero, encerrando essa comissão geral, fazer os seguintes encaminhamentos. Conversei aqui com a Deputada Eliana Pedrosa, com o Deputado Raad Massouh e nós vamos marcar para terça-feira, após a chegada das planilhas da execução orçamentária e financeira do passe livre, a votação, pela manhã, do crédito de 6 milhões e à tarde no plenário. Não é isso, Deputada Eliana Pedrosa?

Com relação ao projeto apresentado pelo Governo, nós queremos que todos os movimentos sociais que aqui estão representando os estudantes do Distrito Federal e que ainda não receberam a proposta do Governo para esse novo passe livre, vamos chamar assim — não sei nem se é passe livre, mas essa nova proposta —, apresentem propostas também até terça-feira. Propostas de emenda até terça-feira da semana que vem para que possamos, na reunião de Líderes — não é isso, Deputado Raad Massouh? —, construir um consenso desta Casa para aprovarmos a proposta que não derrote os estudantes e a população de Brasília. Tudo bem? Está acertado assim, então?

Quero, em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal, agradecer a presença de todas e de todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2010	15h25min	43ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	60

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h22min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 103-Suplemento, de 9/6/2010.